





UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS BÁSICAS DA SAÚDE  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO EM CIÊNCIAS

Juliana Boanova Souza Ferreira

**PROGRAMA ESCOLA CÍVICO-MILITAR E  
OS EFEITOS DO DISPOSITIVO DE TERCEIRIZAÇÃO**

Porto Alegre

2024

Juliana Boanova Souza Ferreira

**PROGRAMA ESCOLA CÍVICO-MILITAR  
E OS EFEITOS DO DISPOSITIVO DE TERCEIRIZAÇÃO**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para a obtenção do título de doutora em Educação em ciências.

Orientador(a): Profa. Dra. Suelen Assunção Santos.

Porto Alegre

2024

## CIP - Catalogação na Publicação

Boanova Souza Ferreira, Juliana  
Programa Escola Cívico-Militar e os efeitos do  
Dispositivo de Terceirização / Juliana Boanova Souza  
Ferreira. -- 2024.  
221 f.  
Orientadora: Suelen Assunção Santos.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio  
Grande do Sul, Instituto de Ciências Básicas da Saúde,  
Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências:  
Química da Vida e Saúde, Porto Alegre, BR-RS, 2024.

1. Programa Escola Cívico-Militar. 2. Dispositivo  
de Terceirização. 3. Educação. 4. Michel Foucault. 5.  
Sociedade de Segurança . I. Assunção Santos, Suelen,  
orient. II. Título.

## **Composição da Banca Examinadora**

---

Profa. Dra. Suelen Assunção Santos (Orientadora - UFRGS)

---

Profa. Dra. Dra. Renata Sperrhake (PPGEDU/UFRGS)

---

Profa. Dra. Claudia Glavam Duarte (PPGECI-UFRGS)

---

Profa. Dra. Josaine de Moura - Professora do Colégio Militar de Porto Alegre (CMPA)

---

Profa. Dra. Ieda Maria Giongo (PPGE – UNIVATES)

*Escrevi quando eclodiu uma pandemia, no meio de uma quarentena que durou mais de um ano. No meio de notícias diárias de mortes exorbitantes em um curto espaço de tempo.*

*Escrevi no meio de uma gestação.  
Com muitos enjoos e, depois, com os pés inchados.*

*Escrevi estando grávida, com uma jornada de trabalho de 50 horas-aula semanais.  
Escrevi trabalhando e mais ainda durante as férias.*

*Escrevi no meio de um puerpério, me recuperando de uma cesárea.  
Com peitos rachados, enquanto amamentava minha bebê.*

*Escrevi enquanto estava com sono privado, no meio de cólicas e choros incessantes.  
E qualifiquei, quando minha filha tinha apenas dois meses de vida.*

*Escrevi junto dos primeiros passos, das primeiras palavras, dos gritos pela mamãe.*

*Escrevi com dados científicos na minha cabeça, provando que as mulheres ficam menos produtivas na academia, depois da maternidade.*

*Dei à luz a minha filha, e hoje dou luz à minha tese.*

*Escrevo agora para provar que nada neste mundo tem o poder de parar uma mulher/mãe determinada.*

*Esta tese é nossa, Olívia.*

## AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus e às boas energias, principalmente as vindas do mar.

À minha filha, Olívia, minha potência de existência. Amor infinito. Razão de tudo. Se eu vim com uma missão para este plano, minha filha, foi para ser tua mãe.

Ao meu marido, Pedro, meu acontecimento. Pelas trocas diárias, pela partilha da vida. Pelo zelo, cuidado e amor. Pela força e pela coragem. Pelo nosso projeto mais lindo, nossa filha. Por ser exatamente o que eu precisava. Meu ex-militar, atualmente educador. Minha pessoa singular, assujeitado pelos discursos e subjetivado pelo que realmente faz sentido para nós. Nosso passeio pela Redenção e nossas conversas sobre militarização/educação movimentaram esta tese, assim como nossas conversas diárias e teu amor movimentam minha vida.

À minha mãe, Cecília, agora vovó “Xixia”, que nos mostra o sentido da vida e o amor incondicional. Ela, que é sempre portas abertas. Encontro nos teus braços a coisa que mais importa nessa vida, um lar.

Ao meu pai, Paulo. Ele, que ,com um cafezinho, aquece meu coração em dias congelantes. O avô que rola no tapete com a neta. Sempre nos deu tudo. Esse título é nosso, Coronel.

À minha amiga Thaís, dinda da minha filha, por ser a família que eu escolhi. Nossos encontros deixam a vida mais leve.

Aos meus amigos, por serem meu melhor momento de descontração.

À Profa. Dra. Suelen, por toda a orientação, paciência e, principalmente, pelo exemplo que é, de mulher que me inspira. Ela, que é uma doçura de professora. Nunca foi grosseira ou sequer rígida. Sempre uma delicadeza, com maestria em suas falas. Foi um verdadeiro presente na minha trajetória.

Às Profas. Dras. Claudia Glavam, Ieda Giongo, Josaine de Moura e Renata Sperrhake, por terem aceitado o convite para comporem a banca e por serem mulheres pesquisadoras inspiradoras.

Aos meus grupos de pesquisa, NECS e GEEMCO, pelas trocas e aprendizados.

A todos os estudantes que passaram por minha vida docente, principalmente à turma de Segundo Ano do Ensino Médio do Colégio Militar, que, despretensiosamente, fizeram emergir esta tese.

## RESUMO

Esta tese busca caracterizar o Dispositivo de Terceirização Pedagógica, explorando-o sob a perspectiva hiper-crítica de Michel Foucault, que oferece ferramentas para compreender como práticas, discursos e demais ferramentas de poder estão entrelaçados no contexto educacional, moldado pelo capitalismo neoliberal. Enfocando a terceirização e as condições de possibilidade para a emergência deste dispositivo, tem-se como exemplo concreto de sua operação a instauração do programa Escola Cívico-Militar, que ganhou visibilidade no contexto educacional brasileiro nos últimos anos. Tal programa tem servido para enaltecer a adoção de práticas disciplinares militares como estratégia de aprimoramento e sucesso na educação. Logo, elaborou-se uma história do presente, utilizando-se conceitos arqueogenéticos, aprofundando-os em questões de saber-poder de cada época. A partir disso, a tese problematizou a aprovação voluntária da instauração do Programa Escola Cívico-Militar no Brasil, com fundamento em Étienne La Boétie e no discurso da servidão voluntária. Realizou-se uma análise documental, em teses e dissertações obtidas no Portal da Capes, junto dos principais documentos que regulam o Programa das Escolas Cívico-Militares, bem como legislações, decretos e reportagens, tendo como ferramentas analíticas os conceitos de verdade, dispositivo e servidão voluntária. Como conclusão, identificou-se que o regimento não apenas é permeado pela disciplinarização dos corpos, mas se constitui em um contexto neoliberal e capitalista como engrenagem de uma sociedade da segurança.

**Palavras-chave:** Dispositivo de Terceirização; Escola Cívico-Militar; sociedade de segurança; neoliberalismo.

## ABSTRACT

This thesis aims to characterize the Pedagogical Outsourcing Device, examining it through Michel Foucault's hypercritical perspective, which provides tools to understand how practices, discourses, and other power mechanisms are intertwined in the educational context shaped by neoliberal capitalism. Focusing on outsourcing and the conditions enabling the emergence of this device, a concrete example of its operation is the implementation of the Civic-Military School program, which has gained visibility in the Brazilian educational context in recent years. This program has served to highlight the adoption of military disciplinary practices as a strategy for educational improvement and success. Thus, a history of the present was constructed using archaeo-genealogical concepts, delving into knowledge-power issues of each era. From this standpoint, the thesis critically examines the voluntary acceptance of the Civic-Military School Program in Brazil, drawing on Étienne La Boétie's notion of voluntary servitude. A documentary analysis was conducted using theses and dissertations obtained from the CAPES Portal, alongside key documents regulating the Civic-Military Schools Program, including legislations, decrees, and news articles. The analytical tools employed included concepts of truth, apparatus, and voluntary servitude. In conclusion, it was identified that the regime not only permeates through the disciplining of bodies but also constitutes within a neoliberal and capitalist context as a cog in a society of security.

**Keywords:** Outsourcing Device; Civic-Military School; society of security; neoliberalism.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Brasão da ECIM (A Educação ganhou reforço).....	30
Figura 2 - Cabeçalho do site do Programa Escola Cívico Militar.....	31
Figura 3 - Objetivos Estratégicos do PECIM.....	34
Figura 4 - Tripé da sociedade de controle. ....	44
Figura 5- Funções dos militares nas ECIM. ....	52
Figura 6 - Fardamento masculino e fardamento feminino. ....	63
Figura 7 - Marcação dos uniformes a partir do nível. ....	64
Figura 8 - Regiões em que se localizam os Colégios Militares.....	85
Figura 9 - Diagrama de conceitos.....	118
Figura 10 - Análise arquegenealógica. ....	119
Figura 11 - Emaranhados do Dispositivo. ....	150
Figura 12 - Engrenagens do Dispositivo. ....	179
Figura 13 - Dispositivo de Terceirização. ....	196
Figura 14 - Sociedade da Segurança.....	197
Figura 15 - Educação Militar como bandeira política. ....	197
Figura 16 - Problematizações. ....	198

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Recursos do PNAE destinados às instituições privadas voltadas à Educação Especial entre 2003 e 2012. ....	171
--	-----

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Metodologia: materialidade analítica.....	22
Quadro 2 - Escolas Cívico-Militares implantadas no RS.....	42
Quadro 3 - Escolas cívico-militares em notícias do site GZH. ....	72
Quadro 4 - Resultados da pesquisa realizada no Portal da CAPES. ....	92
Quadro 5 - Teses encontradas.....	92
Quadro 6 - Resultados da pesquisa no Portal da CAPES.....	95
Quadro 7 - Pesquisa CAPES 4. ....	96
Quadro 8 - Pesquisa CAPES 5. ....	99
Quadro 9 - Pesquisa CAPES 6. ....	101
Quadro 10 - Resultado de pesquisa no Portal da CAPES. ....	127
Quadro 11 - Dispositivos utilizados na pesquisa.....	127
Quadro 12 - Dispositivos de relevância secundária para a pesquisa. ....	132
Quadro 13 - Alterações na legislação da terceirização.....	151

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Número de teses e dissertações obtido na plataforma CAPES por ano (2024). ..	161
Gráfico 2 - Número de teses por área do conhecimento.....	162
Gráfico 3 - Distribuição das verbas anuais entre as esferas pública e privada de Educação Especial (município de Campinas/SP), entre 2012 e 2017.....	172
Gráfico 4 - Distribuição da verba total proveniente do tesouro nacional entre as esferas pública e privada de Educação Especial (município de Campinas/SP) entre 2012 e 2017....	173

## LISTA DE SIGLAS

BNCC	Base Nacional Comum Curricular
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CM	Colégio Militar
DEPA	Diretoria de Educação Preparatória e Assistencial
ECIM	Escolas Cívico-Militares
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IPA	<i>International Psychoanalytical Association</i>
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
PCNs	Parâmetros Curriculares Nacionais
PECIM	Programa Escola Cívico-Militar
SAIP	Sociedade do Asilo de Inválidos da Pátria
SECIM	Subsecretaria de Fomento às Escolas Cívico-Militares
SCMB	Sistema Educacional dos Colégios Militares
SOE	Sala da Orientação Escolar
SSE	Sala da Supervisão Escolar
UNE	União Nacional dos Estudantes

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	19
<b>ARTIGO I: PROGRAMA ESCOLA CÍVICO-MILITAR: ATUALIZAÇÃO DA SOCIEDADE DO CONTROLE</b> .....	26
<b>Introdução: Programa Escola Cívico-Militar</b> .....	26
<b>Análise Documental: legitimação de uma educação de qualidade?</b> .....	27
<b>Diretrizes das Escolas Cívico-Militares</b> .....	36
<b>Análise do Projeto Político-Pedagógico de uma escola cívico-militar</b> .....	43
<b>A mídia como proliferadora discursiva</b> .....	54
<b>(Des)Caracterizando o sujeito estudante cívico militar</b> .....	60
<b>Considerações finais</b> .....	64
<b>Referências</b> .....	65
<b>ARTIGO II: PROGRAMA ESCOLA CÍVICO-MILITAR: DIAGNÓSTICO DO PRESENTE</b> .....	69
<b><i>CIVIC-MILITARY SCHOOL PROGRAM: DIAGNOSIS OF THE PRESENT</i></b> .....	69
<b>Introdução</b> .....	70
<b>Continuidades e descontinuidades históricas</b> .....	71
<b>Considerações finais</b> .....	102
<b>Referências</b> .....	103
<b>ARTIGO III: IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA ESCOLA CÍVICO-MILITAR E OS EFEITOS DO DISPOSITIVO DE TERCEIRIZAÇÃO PEDAGÓGICO</b> .....	108
<b>Introdução</b> .....	108
<b>O processo de disciplinarização dos corpos e a servidão voluntária</b> .....	110
<b>Os efeitos de um dispositivo</b> .....	116
<b>Considerações finais</b> .....	137
<b>Referências</b> .....	138
<b>ARTIGO IV: O DISPOSITIVO DE TERCEIRIZAÇÃO PEDAGÓGICO:</b> .....	143
<b>CONDIÇÕES DE POSSIBILIDADE E EFEITOS</b> .....	143
<b>Introdução</b> .....	143
<b>O ato de terceirizar</b> .....	145
<b>Engrenagens de um dispositivo: uma análise pós-estruturalista</b> .....	158
<b>Terceirização pedagógica: elementos que constituem o dispositivo (no micro e no macro)</b> .....	176
<b>Considerações finais: programa Escola Cívico-Militar como efeito do dispositivo de     terceirização pedagógico</b> .....	188

<b>Referências .....</b>	<b>191</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>195</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>199</b>
<b>APÊNDICE 1 .....</b>	<b>211</b>

*Era outubro de 2018, por volta das 17h55min, primeiro dia de aula em um curso preparatório para uma turma de revisão para o PAVE (Programa de Avaliação da Vida Escolar). Eu, como professora, entrei na sala de aula, subi ao palco em frente ao quadro e aguardei os estudantes chegarem. Eram exatamente 18h quando uma aluna bateu à porta, pediu licença, e eles entraram.*

*Enfileirados, milimetricamente distanciados, em silêncio, com mãos estendidas e dedos juntos, fardas impecáveis, cabelos rigorosamente ordenados, boinas em uma angulação precisa, rostos sem nenhuma expressão e passos bem firmes.*

*Lembro que fiquei muito impressionada, apreciando o show.*

*Os estudantes foram preenchendo as fileiras da sala de aula. Todos se viraram para mim ao mesmo tempo. Todos ficaram em posição de continência, ao mesmo tempo.*

*A aluna que estava na primeira fila veio até mim, marchando, e, com uma voz firme, falou:*

*- Boa noite, professora Juliana, permissão para apresentar a turma.*

*Eu, incrédula, apenas balancei a cabeça positivamente. Eu não fazia ideia do que estava acontecendo. E ela seguiu:*

*- Meu nome é “\_” sou a primeira aluna da turma. Nossa turma conta com 28 alunos, e hoje temos dois estudantes faltantes, totalizando 26 estudantes. Permissão para voltar à formação.*

*UAU! Novamente balancei a cabeça positivamente. Eu realmente acredito que estava de boca aberta. Eles pareciam que nem respiravam.*

*Ela voltou para o lugar.*

*- Permissão para descansar.*

*Respondi com um: “SIM, SENHORA”. Os estudantes bateram com as mãos nas pernas, retumbando a sala, tiraram a boina e se sentaram.*

*Naquele momento, me arrepiei dos pés à cabeça e pensei: O que exatamente aconteceu aqui?*

*E, assim, nasceu esta tese.*

## INTRODUÇÃO

O ambiente educacional sempre contou com a dispersão de discursos sobre como constituir novos sujeitos que atendam à demanda da sociedade atual. Nessa rede discursiva e nos embates educacionais, há uma visibilidade sobre o sistema educacional militar, muitas vezes proliferada pela mídia, nosso principal campo de informação. Os colégios militares são reconhecidos por seus altos níveis de disciplina e legitimação, encontrados na aprovação nos exames nacionais. Esses discursos (re)produzem-se, gerando efeitos que nos instigam a sustentar esta tese, despontando nas discussões sobre relevância do militarismo na educação e materializando-se na forma de políticas públicas.

A escola é considerada um dos principais reguladores e gerenciadores de condutas, contendo o domínio de um saber científico que (re)produz e mantém verdades. Em prol dessa verdade, analisamos aqui a instauração e a emergência do novo Programa Escola Cívico-Militar (PECIM), que estabeleceu 216 escolas cívico-militares em todo o Brasil, até 2023. Esse modelo, promovido pelo Ministério da Educação, ofereceu suporte às escolas públicas, inspirando-se no “alto nível” dos colégios militares do Exército. O programa tem se destacado por promover a implementação de práticas disciplinares militares como estratégia eficaz para aprimorar a educação e viabilizar sucesso nesse âmbito.

Vale salientar que as Escolas Cívico-militares (ECIM) são diferentes dos Colégios Militares (CM). O modelo cívico-militar, até então financiado pelo PECIM (2019-2023), estabelece uma parceria entre servidores da rede pública e militares da reserva. Na sala de aula, as escolas têm autonomia no projeto pedagógico; as aulas são ministradas por professores civis; e os militares atuam fora da sala de aula, como monitores, envolvendo-se, principalmente, com questões disciplinares. As escolas cívico-militares são públicas, ligadas à rede municipal ou à estadual. Os estudantes não são submetidos a processos seletivos para ingressar nas unidades, e o processo de matrícula é o mesmo das escolas regulares da rede pública.

Já os Colégios Militares federais são geridos pelo Ministério da Defesa, e não pelo MEC, e são ligados ao Exército, à Aeronáutica ou à Marinha, dirigidos e administrados por oficiais. As unidades têm regimentos próprios, e os professores são militares com formação em magistério específico ou civis concursados. Os Colégios Militares realizam processo seletivo para o ingresso de estudantes (há regras diferentes em cada instituição), sendo a maior parte das vagas reservadas para filhos de militares.

Também destacamos o recorte temporal da instauração do PECIM: foi criado em 2020 e revogado pelo governo atual, em 2023<sup>1</sup>. Foi instaurado e permeado pelo discurso da militarização que estava na ordem do dia; logo, salientamos que, mesmo com a revogação do programa, o discurso não enfraqueceu, e seus efeitos continuam agindo na sociedade, dando condição de possibilidade para futuras reatualizações.<sup>2</sup>

Desse modo, para darmos conta das problematizações desta tese, contamos com os conceitos pós-estruturalistas de Michel Foucault, seus estudos arquegenealógicos e a história do presente. Também nos debruçamos sobre os processos de subjetivação e sobre o complexo feixe de forças, entrelaçado em uma rede heterogênea de linhas discursivas em que se entrecruzam jogos de saber/poder, formando, assim, um *dispositivo*. Tais conceitos compõem a tese e servem como engrenagens para a composição de um novo conceito, o Dispositivo de Terceirização Pedagógico, que opera como ferramenta analítica para evidenciar algumas dinâmicas produtoras de subjetividades. A tese teve como objetivo problematizar o novo programa junto desse dispositivo, que terceiriza o governo da escola ao militarismo, sendo que as práticas contidas nesse mecanismo operam no micro e no macro, formando uma tecnologia disciplinar de poder.

Portanto, esta pesquisa concentrou-se em problematizar: **De que maneira o Programa Escola Cívico-Militar opera na sociedade contemporânea e quais suas condições de possibilidade?**

Como objetivos específicos, mencionamos os seguintes: a) realizar a historização da militarização no campo educacional do Brasil, revelando as condições históricas que deram condição de possibilidade ao programa, capturando continuidades e descontinuidades; b) mostrar a emergência de um novo dispositivo, intitulado Dispositivo de Terceirização Pedagógico, e o funcionamento das múltiplas engrenagens que o constituem; c) visibilizar o

---

<sup>1</sup> BRASIL. **Decreto n. 11.611, de 19 de julho de 2023**. Revoga o Decreto n. 10.004, de 5 de setembro de 2019, que institui o Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares. Brasília, DF: Presidência da República, 2023. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2023-2026/2023/decreto/D11611.htm#:~:text=DECRETO%20N%C2%BA%2011.611%2C%20DE%2019,Nacional%20das%20Escolas%20C%C3%ADvico%2DMilitares](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/decreto/D11611.htm#:~:text=DECRETO%20N%C2%BA%2011.611%2C%20DE%2019,Nacional%20das%20Escolas%20C%C3%ADvico%2DMilitares). Acesso em: 13 abr. 2024.

<sup>2</sup> Notícias disponíveis após pesquisa (escolas cívico-militares) realizada na plataforma Google: SÃO PAULO. **Governo sanciona lei que institui escolas cívico-militares em São Paulo**. São Paulo, 27 maio 2024. Disponível em: <https://www.saopaulo.sp.gov.br/spnoticias/ultimas-noticias/governador-sanciona-lei-que-institui-escolas-civico-militares-em-sp/>. Acesso em: 07 jun. 2024.

SABA, Lucas. São Paulo corre contra o tempo para lançar 100 escolas cívico-militares até 2026. In: GAZETA DO POVO. [S. l.], 04 jun. 2024. <https://www.gazetadopovo.com.br/sao-paulo/sao-paulo-corre-contra-o-tempo-para-lancar-100-escolas-civico-militares-ate-2026/>. Acesso em: 07 jun. 2024.

modo por meio do qual o programa serve como engrenagem de um dispositivo de segurança, que emerge de um contexto neoliberal constituinte da sociedade de segurança.

Para isso, realizamos: i) uma análise documental de legislações, decretos, portarias, registros históricos; ii) análise bibliográfica de produções e pesquisas acadêmicas na área da militarização da educação; e iii) análise midiática de discursos proliferados pela mídia. Tal pesquisa, de inspiração arqueogenealógica, refere-se a uma busca de saberes sobre educação militar e sua maneira de constituir e conduzir sujeitos no decorrer do tempo.

O primeiro artigo da tese, intitulado *Programa Escola Cívico-Militar: atualização da sociedade do controle*, tem o objetivo de analisar os documentos que legitimam a rede discursiva sobre o militarismo, oferecendo problematizações sobre a emergência do Programa Cívico-Militar na atualidade, para, dessa forma, compreender seu modo de operação, sua função e sua contribuição para a educação brasileira. Para tal, realizamos uma pesquisa documental nas materialidades legislativas do projeto, compostas por decretos, portarias e diretrizes, bem como pelo programa político-pedagógico de uma das escolas já instauradas no Rio Grande do Sul. Verificamos que o regimento não apenas é permeado pela disciplinarização dos corpos, mas se constitui como engrenagem de uma sociedade do controle. Temos, como fundamento dessa sociedade, um tripé formado por conceitos-chave como segurança, civismo e disciplina. Concluímos, nesse caso, que a mídia serve como mecanismo de proliferação dos discursos sobre tais escolas.

Para compreendermos o processo da militarização na educação brasileira, constituímos o segundo artigo, intitulado *Programa Escola Cívico-Militar: diagnóstico do presente*, em que abordamos o cenário atual da Educação, junto à instauração do PECIM. Realizamos um estudo sob inspiração arqueológica, abordando a forma pela qual emergiu o primeiro colégio com vertente militarista no Brasil, analisando as rupturas históricas, verificando as condições de possibilidade para a atualização do militarismo na educação e capturando a racionalidade da época a partir de uma história do presente. Em seguida, para compreendermos melhor o contexto militar na educação pública, procedemos a uma pesquisa no portal de teses e dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), em que selecionamos algumas pesquisas para balizar melhor nossas problematizações e investigar os discursos atuais sobre o militarismo na área da pesquisa científica.

O terceiro artigo da tese, *Implementação do Programa Escola Cívico-Militar e os efeitos do Dispositivo de Terceirização Pedagógico*, teve como objetivo problematizar a aprovação voluntária da instauração do Programa Escola Cívico-Militar no Brasil, com base em Étienne La Boétie e no discurso da servidão voluntária. Nesse artigo, analisamos o modo como o

programa põe a funcionar um novo dispositivo, denominado Dispositivo de Terceirização Pedagógico, visto como uma tecnologia que constitui sujeitos, ou seja, uma tecnologia disciplinar do controle de si, terceirizado a outros. O dispositivo pode ser visto como uma máquina com múltiplas engrenagens, que tomam forma de discursos, ações, palavras e que constituem práticas desse dispositivo. Essa máquina regula, organiza e produz formas de agir/pensar/ser/estar no mundo. Logo, o Dispositivo de Terceirização emerge na atualidade para problematizarmos as escolhas dos sujeitos que, a partir do discurso da servidão voluntária, optam por terceirizar suas ações na sociedade. Para darmos conta dessas problematizações, aprofundamo-nos no conceito de dispositivo e realizamos pesquisas na plataforma CAPES, capturando teses que tematizam a questão e mapeando a emergência de novos dispositivos.

Finalizamos com o quarto e último artigo, intitulado *O Dispositivo de Terceirização Pedagógico: condições de possibilidade e efeitos*, que, além de caracterizar o Dispositivo de Terceirização Pedagógico, oferece ferramentas para compreendermos o modo pelo qual práticas, discursos e demais ferramentas de poder estão entrelaçados no contexto educacional. Esse artigo analisou a terceirização empresarial e as condições de possibilidade para a emergência do dispositivo, utilizando, como exemplo, a instauração do PECIM. Para isso, pesquisamos reportagens atuais e documentos políticos, com o intuito de investigar as engrenagens e os efeitos do Dispositivo de Terceirização Pedagógico.

Metodologicamente, apresentamos a seguir o quadro com a materialidade analítica constituinte desta tese.

Quadro 1 - Metodologia: materialidade analítica.

Artigo 1 – Análise documental e midiática	Decreto n. 10.004, de 5 de setembro de 2019 <sup>3</sup> Portaria n. 2.015, de 20 de novembro de 2019 <sup>4</sup> Portaria n. 852, de 28 de outubro de 2021 <sup>5</sup> Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) <sup>6</sup> Programa Político-Pedagógico (PPP)
---	--

<sup>3</sup> Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2019/decreto/d10004.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/d10004.htm). Acesso em: 07 jun. 2024.

<sup>4</sup> Disponível em: <https://abmes.org.br/legislacoes/detalhe/2953/portaria-mec-n-2.015>. Acesso em: 07 jun. 2024.

<sup>5</sup> Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-852-de-28-de-outubro-de-2021-355830493>. Acesso em: 07 jun. 2024.

<sup>6</sup> Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro01.pdf>. Acesso em: 07 jun. 2024.

	<p>Site: Programa Escola Cívico Militar (Diretrizes da ECIM)<sup>7</sup></p> <p>Site: Portal do Governo (GOV)<sup>8</sup></p> <p>Site: Ministério da Educação<sup>9</sup></p>
<p>Artigo 2 – Pesquisa arqueogenalógica. Análise bibliográfica e midiática</p>	<p>Portal da CAPES</p> <p>Site: GZH</p> <p>Site: Google</p> <p>Site: Ministério da Educação</p> <p>Site: Revista exame</p> <p>Site: CNN Brasil</p> <p>Site: G1</p> <p>Site: Uol Educação</p> <p>Site: Terra</p> <p>Site: Metrôpoles</p>
<p>Artigo 3 – Análise bibliográfica e midiática</p>	<p>Portal da CAPES</p> <p>Site: G1</p> <p>Site: MEC</p>
<p>Artigo 4 – Análise documental, bibliográfica e midiática</p>	<p>Portal da CAPES</p> <p>Sites: G1, CNN, GZH, Andes e Agência Brasil</p> <p>Lei n. 6.019, de 3 de janeiro de 1974</p> <p>Lei n. 7.102, de 20 de junho de 1983</p> <p>Lei n. 13.429/2017</p> <p>PL n. 4.330/2004</p> <p>PL n. 30/2015</p>

Fonte: elaboração nossa.

Quanto ao conceito de Dispositivo de Terceirização Pedagógico, apresentamos a partir de uma emergência histórica desta época, munido de arquivos, documentos, discursos,

<sup>7</sup> Disponível em: <https://escolacivicomilitar.mec.gov.br/>. Acesso em: 07 jun. 2024.

<sup>8</sup> BRASIL. Programa Escolas Cívico-Militares deverá chegar a mais de 200 colégios até 2023. In: SERVIÇOS E INFORMAÇÕES DO BRASIL. Brasília, DF: 28 jun. 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/noticias/educacao-e-pesquisa/2021/06/programa-escolas-civico-militares-devera-chegar-a-mais-de-200-colegios-ate-2023>. Acesso em: 07 jun. 2024.

<sup>9</sup> BRASIL. **Ministério da Educação**. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br>. Acesso em: 07 jun. 2024.

materialidades e práticas discursivas/não discursivas. A rede traçada pelo Dispositivo de Terceirização Pedagógico é composta por elementos dispostos em abundância (como a bandeira do Brasil, quadros na parede, o canto do hino, a presença de militares, a composição dos uniformes, a disposição dos corpos em fila, uso de palavras, músicas, gestos, sons e documentos), que dialogam entre si e formam uma rugosidade evidenciada pelo dispositivo. Tais engrenagens colocam a terceirização em movimento; os estudantes falam em nome da engrenagem que regula as práticas e é regulada por elas, que constituem a (re)produção disciplinadora de condutas. Logo, esse dispositivo tem a função estratégica de interpelar os sujeitos escolares, para que terceirizem suas condutas, suas vontades, seus governos.

Buscamos realizar problematizações sobre a racionalidade desta época e identificar as condições de possibilidade históricas para a atualização do militarismo na educação. Para darmos conta dessas problematizações, empregamos conceitos como ferramentas analíticas, além de relacionarmos esta pesquisa, de cunho pós-estruturalista, com Michel Foucault e sua arqueogenealogia, embasando-nos nela e nos aprofundando em questões de saber-poder de cada época, para localizarmos, então, por meio de discursos e verdades, as condições históricas em que, *a priori*, o discurso de militarização da educação pública tomou força e alcançou o lugar de poder. Foucault (1996), em seus estudos, subverte a noção de linearidade e do pensamento analítico, mostrando as historicidades descontínuas, e problematiza a “verdade” vista como absoluta, universal, investigando o “dito verdadeiro”.

Foucault, em sua primeira fase, a arqueológica, identifica contiguidades entre as ciências humanas, da vida, do trabalho e da linguagem, na construção dos parâmetros do verdadeiro e do falso nos percursos da modernidade, situando diferentes epistemes a conformar enunciados válidos a cada contexto. Seu trabalho debruçou-se sobre o diagnóstico do presente e, sobretudo, sobre o estatuto do sujeito, desde as condições epistemológicas que o fazem objeto para si com as ciências humanas.

Já na fase da genealogia, o filósofo vincula os pressupostos analisados na década anterior às morfologias de poder. A partir disso, investiga o poder como construtor de verdades, rejeitando a estrita consideração de uma instância repressora. O poder é descentralizado e só funciona porque está contido em todas as relações; ou seja, não é adquirido, transferido, tampouco da ordem do contrato. Assim, sua identificação se dá na singularidade de seus pontos de ação, funcionando como engrenagem e estratégia.

Foucault, ao refletir sobre as relações de poder, o saber e as subjetividades estabelecidas na contemporaneidade, fornece-nos conceitos e ferramentas possíveis em um campo de práticas sociais e culturais. Desse modo, o conceito de dispositivo é útil, pois é delineado por tais

conceitos e por engrenagens, como leis, normas, arquiteturas, imagens e práticas discursivas e não discursivas que o compõem. A utilização do conceito de dispositivo como forma de pesquisar o militarismo na educação e os processos de subjugação do sujeito, analisando e realizando problematizações, demanda definir qual dispositivo está ao nosso alcance, de acordo com as demandas sobre o assunto. É um dispositivo específico, diferente dos existentes, já definidos, levando em consideração as discussões que realizamos no projeto desta tese, sobre liberdade e servidão voluntária, principalmente enfocando a satisfação em ser subjugado e a escolha de ceder o cuidado de si ao outro. Nomeamos esse dispositivo como o Dispositivo de Terceirização Pedagógico, cujo efeito é capaz de auxiliar a responder a tal urgência da atualidade.

## ARTIGO II: PROGRAMA ESCOLA CÍVICO-MILITAR: DIAGNÓSTICO DO PRESENTE

### *CIVIC-MILITARY SCHOOL PROGRAM: DIAGNOSIS OF THE PRESENT*

*Juliana Boanova Souza*

*Suelen Assunção Santos*

**RESUMO:** O Programa Escola Cívico-Militar (PECIM) na Educação Brasileira objetivou a implantação de 216 escolas cívico-militares em todo o país, até 2023. O modelo, implementado pelo Ministério da Educação, tem o intuito de ser um reforço para as escolas públicas e fundamenta-se no dito “alto nível” dos colégios militares do Exército. Tal programa tem servido para enaltecendo a adoção de práticas disciplinares militares como estratégia de aprimoramento e sucesso na educação. No contexto contemporâneo em que se apresenta o PECIM, este artigo problematiza o cenário da atualidade, questionando as condições de possibilidade pelas quais se instaura o programa. Para darmos conta dessa problematização, realizamos uma história do presente, de modo que este ensaio relaciona-se a teorias pós-estruturalistas de Michel Foucault, junto de sua arqueogenealogia, aprofundando questões de saber-poder de cada época, para localizarmos, então, por meio das verdades circulantes, as condições históricas e, *a priori*, o discurso de militarizar a educação pública, que tomou força e alcançou o lugar de poder. Foucault, em seus estudos, subverte a noção de linearidade e de pensamento analítico, mostrando as historicidades descontínuas; além disso, problematiza a “verdade” vista como absoluta, universal, investigando o “dito verdadeiro”. O repositório de teses e dissertações da CAPES serviu como instrumento de análise para averiguarmos, na produção científica, a racionalidade da época, que deu condição de possibilidade para a instauração do programa.

**Palavras-chave:** Programa Escola Cívico-Militar; pós-estruturalismo; *a priori* histórico.

**ABSTRACT:** The Civic-Military School Program (PECIM) in Brazilian education aimed to establish 216 civic-military schools nationwide by 2023. Implemented by the Ministry of Education, the program aims to bolster public schools, drawing on the reputed high standards of military schools within the Army. It has served to elevate the adoption of military disciplinary practices as a strategy for educational enhancement and success. In the contemporary context of PECIM, this article problematizes the current scenario, questioning the conditions under which the program is established. To address this issue, a history of the presente was undertaken, linking this essay to post-structuralist theories of Michel Foucault, particularly his archaeo-genealogical approach, to delve into issues of knowledge-power across epochs. Through the circulation of truths, it was identified the historical conditions and the *a priori* discourse of militarizing public education, which gained momentum and achieved a position of power. Foucault, in his studies, challenges linear thought and analytical reasoning, revealing discontinuous historical processes and problematizing the concept of absolute truth as universal, investigating the "said truth." The CAPES theses and dissertations repository served as an analytical tool to examine the scientific production and rationality of the period that made the program's establishment possible.

**Keywords:** Civic-Military School Program; post-structuralism; historical *a priori*.

## Introdução

Os colégios militares, na sociedade contemporânea, são divulgados na mídia como detentores de um ensino de excelência, de melhor qualidade<sup>28</sup> em relação ao de outras escolas, o que é legitimado, entre outros fatores, pelos altos índices de aprovação de seus alunos em exames nacionais<sup>29</sup>. Salientamos, aqui, que a qualidade dessas instituições está relacionada ao saber-poder disciplinar, visto que se destacam pelo ensino conteudista, categorizado por meio de disciplinas específicas e pela disciplina-corpo, que compele os corpos a permanecerem docilizados no ambiente escolar. Neste artigo, temos o objetivo de realizar a história do presente, de narrar e propor uma análise histórica dos processos de militarização da educação pública no Brasil, de suas rupturas, continuidades e descontinuidades. Para tanto, respaldamos em uma revisão de literatura feita em teses que versam sobre a temática da militarização da educação, a partir de uma pesquisa empreendida no catálogo de teses da CAPES.

Desse modo, gostaríamos de evidenciar o presente, momento em que está sendo implementado no Brasil o Programa Escola Cívico-Militar (PECIM), uma iniciativa do Ministério da Educação em parceria com o Ministério da Defesa, que apresenta um conceito de gestão nas áreas educacionais, didático-pedagógica e administrativa com a participação do corpo docente da escola e apoio dos militares. A proposta do Programa é implantar 216 escolas cívico-militares em todo o país, até 2023, sendo 54 instituições por ano.

O modelo a ser implementado pelo Ministério da Educação objetiva melhorar o processo de ensino-aprendizagem nas escolas públicas, baseando-se no alto nível dos colégios militares do Exército, das Polícias e dos Corpos de Bombeiros Militares. Os militares atuarão no apoio à gestão escolar e à gestão educacional, enquanto professores e demais profissionais da educação continuarão responsáveis pelo trabalho didático-pedagógico. A partir do contexto atual, realizamos, no primeiro momento, uma análise histórica dos acontecimentos no Brasil até o surgimento do primeiro colégio militar e, no segundo, mostramos a descontinuidade

---

<sup>28</sup> ESCOLAS militares se destacam entre as 30 melhores do país no IDEB. **G1**, 22 ago. 2012. Disponível em: [http://g1.globo.com/bom-dia-brasil/noticia/2012/08/escolas-militares-se-destacam-entre-30-melhores-do-pais-no-ideb.html#:~:text=Das%2030%20melhores%20escolas%20p%C3%BAblicas,e%20at%C3%A9%20aulas%20de%20equita%C3%A7%C3%A3o](http://g1.globo.com/bom-dia-brasil/noticia/2012/08/escolas-militares-se-destacam-entre-30-melhores-do-pais-no-ideb.html#:~:text=Das%2030%20melhores%20escolas%20p%C3%BAblicas,e%20at%C3%A9%20aulas%20de%20equita%C3%A7%C3%A3o.). Acesso em: 07 dez. 2021.

TENENTE Coimbra. Escolas militares, sinônimo de excelência na educação de São Paulo e do Brasil. *In: A TRIBUNA*. [S. l.], 03 set. 2019. Disponível em: <https://www.atribuna.com.br/opiniao/tenentecoimbra/escolas-militares-sinonimo-de-excelencia-na-educacao-de-sao-paulo-e-do-brasil>. Acesso em: 07 dez. 2021.

<sup>29</sup> BATISTA, Roberto Moraes. Colégios militares: ensino educacional de referência. *In: ADMINISTRADORES*. [S. l.], 12 set. 2016. Disponível em: <https://administradores.com.br/artigos/colegios-militares-ensino-educacional-de-excelencia>. Acesso em: 07 dez. 2021.

presente na racionalidade do país a partir do golpe de Estado de 1964, quando se consolidou o termo “cívico-militar” e se deu condições de possibilidade para que fosse retomado na atualidade.

Primeiramente, abordaremos o cenário atual da educação brasileira, junto à instauração do PECIM. Para isso, realizamos um estudo arqueológico, destacando a emergência do primeiro colégio com vertente militarista no Brasil. No subtítulo “Continuidades e Descontinuidades Históricas”, analisamos as rupturas históricas, a fim de verificarmos as condições de possibilidade para a atualização do militarismo na educação, capturando a racionalidade da época a partir de uma história do presente. Em seguida, para compreendermos melhor o contexto militar na educação pública, realizamos uma pesquisa no portal da CAPES, selecionando pesquisas para balizar nossas problematizações e compreender os discursos atuais sobre o militarismo na área científica.

No intuito de darmos conta das análises históricas, bem como das descontinuidades, fundamentamo-nos nas teorias de Michel Foucault e em seu entendimento sobre o que seja “fazer uma história do presente”. A problemática-chave deste artigo está na atualidade, mas, para podermos investigar os sintomas do presente, devemos nos debruçar sobre os acontecimentos do passado.

### **Continuidades e descontinuidades históricas**

Quando realizamos a pesquisa sobre o PECIM na plataforma Google, obtivemos, como resultado, algumas notícias publicadas em veículos de informação. O primeiro resultado apontou o site do Ministério da Educação, seguido de outros, como o da revista exame, o da rede CNN Brasil e os portais de notícias G1, Uol Educação, Terra, Metrôpoles, entre outros. Escolhemos publicações do site GZH (Gaúcha Zero Hora), a fim de averiguarmos as notícias voltadas ao Rio Grande do Sul, o que constituiu nosso critério para a inclusão de notícias na escrita deste artigo.

Quadro 3 - Escolas cívico-militares em notícias do site GZH.

**EDUCAÇÃO**

**Já tem PMs em escola cívico-militar na Serra Gaúcha**

Prefeitura de Flores da Cunha diz que escola é a primeira instituição municipal da região a implantar projeto

02/03/2022 - 21h7min



**BOA FORMA**

**Mourão faz flexões com estudantes de escola cívico-militar de Bagé**

Vice-presidente visitou município da Campanha nesta terça

07/12/2021 - 21h3min



**PROPOSTA DO MEC**

**Santana do Livramento inaugura escola cívico-militar com projeto para duplicar número de alunos**

Colégio municipal passa a ter gerência compartilhada e contará com atividades no contraturno

15/11/2021 - 17h33min



**EDUCAÇÃO**

**RS receberá a quinta escola cívico-militar do governo federal**

Programa reserva R\$ 1 milhão por instituição de ensino para pequenas obras e compra de equipamentos e uniformes

10/01/2020 - 10h9min

**EDUCAÇÃO BÁSICA**

**Reservistas começam a ser selecionados para implantar modelo cívico-militar em escolas**

Procedimento de escolha dos profissionais está sendo realizado pelo MEC e vai até 20 de março

06/03/2020 - 19h10min



**EDUCAÇÃO**

**Escolas cívico-militares, valores e família**

Se parte considerável da população apoia o projeto das escolas cívico-militares e a presença destes em funções administrativas e disciplinares –, não é este um sintoma de que a escola tem falhado na formação comportamental?

06/12/2019 - 5h0min



**EDUCAÇÃO**

**Caxias do Sul receberá escola cívico-militar**

Nome do colégio contemplado, no entanto, só deve ser divulgado dia 27

19/09/2019 - 11h23min



Fonte: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/search/?q=c%C3%ADvico-militar>.

A emergência do estudo se dá no contexto do cenário atual brasileiro, em que vige a proposta de instituir-se o Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares (PECIM) nas escolas públicas (conforme a Portaria n. 1.071, de 24 de dezembro de 2020)<sup>30</sup>, que tem como base o discurso de que o militarismo é um “reforço” educacional. No quadro acima, apresentamos algumas das reportagens que aparecem em uma pesquisa prévia realizada no site GZH, utilizando a palavra-chave “cívico-militar”. Percebemos que as reportagens funcionam como operadoras e proliferadoras discursivas, legitimando a emergência do referido programa.

O PECIM é instituído por meio da adesão voluntária dos municípios, a partir de uma consulta pública, e a nova gestão modifica as diretrizes do ambiente escolar. Em função disso, procuramos problematizar o cenário educacional atual, fazendo, assim, a história do presente, analisando o passado e problematizando as idas e vindas do militarismo no contexto educacional. Buscamos, por meio da história do presente, identificar em que momento se deu o acoplamento entre o cívico e o militar e como a história favoreceu o retorno do discurso da militarização da educação no século XXI.

De acordo com o então Diretor de Políticas para Escolas Cívico-Militares, Gilson Passos de Oliveira, em entrevista concedida no ano de 2021<sup>31</sup>, a meta do PECIM era implementar 216 escolas cívico-militares até o final de 2023. A proposta do Programa resultou de manifestações dos responsáveis pelos estudantes, como provam as consultas públicas realizadas, que demonstram 98% de aprovação, segundo Gilson Passos de Oliveira.

Assim, este artigo problematiza o cenário da atualidade, questionando as condições de possibilidade em que, hoje, instaura-se esse projeto. Perguntamos: de que modo a história (do presente) ofereceu tais condições para o militarismo legitimar-se na educação pública?

Para darmos conta dessa problematização, contamos com teorias de cunho pós-estruturalista de Michel Foucault e sua arqueogenealogia, aprofundando-nos em questões de saber-poder de cada época, para então localizarmos, por meio de discursividades, em que condições históricas, *a priori*, o discurso de militarizar a educação pública tomou força e alcançou lugar de poder. Foucault, em seus estudos, subverte a noção de linearidade e do pensamento analítico, mostrando as historicidades descontínuas; problematiza a “verdade” vista como absoluta, universal, e investiga o “dito verdadeiro”.

---

<sup>30</sup> BRASIL. Ministério da Educação. Portaria n. 1.071, de 24 de dezembro de 2020. Regulamenta a implantação do Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares - Pecim em 2021, para implementação das Escolas Cívico-Militares - Ecim nos estados, nos municípios e no Distrito Federal. **Diário Oficial da União**, 28 dez. 2020. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-1.071-de-24-de-dezembro-de-2020-296412451>. Acesso em: 07 mar. 2022.

<sup>31</sup> Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/noticias/educacao-e-pesquisa/2021/06/programa-escolas-civico-militares-devera-chegar-a-mais-de-200-colegios-ate-2023>. Acesso em: 06 abr. 2022.

Em contrapartida às verdades de última instância, estão as regularidades de uma época, que tornam os enunciados possíveis, e nossa análise histórica não tem o objetivo de investigar os acontecimentos que iniciam de forma silenciosa, mas de identificar um novo tipo de racionalidade e seus múltiplos efeitos na sociedade atual. Para problematizarmos a atualidade, realizamos uma história do presente, destacando como se deu a instauração do primeiro colégio com vertente militarista, para, em seguida, analisarmos as causas e posteriormente os efeitos de tal instauração.

O primeiro colégio com vertente militarista, de acordo com a Diretoria de Educação Preparatória e Assistencial (DEPA)<sup>32</sup>, foi criado logo após a independência do Brasil, em 1822, quando se deu o processo de separação entre Brasil e Portugal. Desde então, os militares planejavam e desejavam a criação de uma instituição que se comprometesse a educar seus filhos. A ideia inicial partiu do Regente Pedro Araújo Lima, conhecido como Marquês de Olinda, no ano de 1840, porém sua ideia não foi acolhida por seus superiores.

Segundo Carvalho (1989), Luís Alves de Lima e Silva, conhecido como Duque de Caxias, um militar político e monarquista brasileiro, comoveu-se com o sofrimento de seus comandados ao deixarem suas famílias desamparadas para se dedicarem à Guerra da Tríplice Aliança. Ele compreendeu a necessidade de uma pensão para os órfãos que tivessem perdido seus pais em guerra e de uma educação de qualidade, que direcionasse e constituísse sujeitos dedicados à defesa da Pátria. Assim, em 1853, apresentou ao Senado um projeto por meio do qual criaria um Colégio Militar (CM) na corte, que, contudo, não foi aprovado. Cunha (2006) conta que a proposta retornou em 1862, desta vez pelas mãos do Visconde de Tocantins, irmão de Caxias e do deputado Sebastião do Rego Barros. No entanto, a proposta novamente foi rejeitada pelos deputados.

Segundo Carvalho (2015), a ideia de um colégio militar retorna sem querer ao cenário político em 1865, durante o maior conflito platino, a Guerra do Paraguai. Naquele momento, é criada a Sociedade do Asilo de Inválidos da Pátria (SAIP), cuja finalidade era recolher militares feridos e mutilados na guerra, tratar e cuidar deles, além de amparar suas famílias e seus órfãos. A função de conceder asilo e apoio só foi possível pelas arrecadações e doações por parte da população, entre a qual havia vários contribuintes da Associação Comercial do Rio de Janeiro. Com o valor arrecadado, foi possível a aquisição de instalações da Igreja Católica, como o antigo convento Franciscano da Ilha do Bom Jesus da Coluna, na Baía de Guanabara.

---

<sup>32</sup> DIRETORIA DE EDUCAÇÃO PREPARATÓRIA E ASSISTENCIAL (DEPA). **Histórico**. Disponível em: <http://www.depa.eb.mil.br/historico>. Acesso em: 23 fev. 2022.

Segundo Pineda (2009):

Desprestigiado, o Exército era visto, por setores da sociedade brasileira, como uma organização sem função específica ou como instituição dispensável, valendo-se de formas pouco claras e eficientes para o recrutamento, aplicando castigo físico como norma disciplinar e sofrendo as consequências financeiras do atraso sistemático no pagamento do soldo. O Exército Brasileiro, apesar dessa precária organização, foi enviado à Guerra do Paraguai. Findas as hostilidades, regressou vitorioso e desgastado ao Brasil. Os combatentes voltavam à vida civil desamparados e sem condições sociais para a sobrevivência. Agravava o quadro o fato de muitos serem negros alforriados que voltavam à capital do Império sem a menor perspectiva após a desmobilização. O Exército não podia absorver o elevado efetivo herdado da guerra e empreendia as atividades de 68 desmobilização aceleradamente, estimulado, por um lado, pela desconfiança do Imperador, que temia a propaganda republicana já em andamento, realizada por militares, e, por outro, pela precária situação financeira que o Império atravessava. Nesse contexto, a preocupação com a formação de quadros e, também, com o ensino militar, era secundária para o governo central. Eram poucas as escolas de formação de oficiais e seu funcionamento ficava condicionado às contingências do momento (Pineda, 2009, p. 68).

Com o fim do conflito, em 1870, o Asilo não foi desmobilizado, já que muitos militares e órfãos precisavam do suporte; assim, foi nesse contexto que a ideia de um educandário reapareceu. A Associação Comercial do Rio de Janeiro propôs fundir-se com a Sociedade do Asilo dos Inválidos da Pátria, a partir do argumento de melhorar as condições do Asilo, porém a fusão foi contestada no gabinete seguinte.

Em 1885, assumiu a pasta de Negócios da Guerra o Conselheiro Thomaz José Coelho de Almeida, ex-Ministro da Agricultura, Comércio e Indústria, que propôs, para homologar a fusão, que a Associação arcasse com as despesas de uma instituição escolar com modelo de internato. Logo, efetuou-se a criação do Imperial Colégio Militar, no Rio de Janeiro, por meio do Decreto n. 10.202, de 9 de março de 1889<sup>33</sup>, que apresentamos a seguir e sobre o qual propomos alguns apontamentos.

Approva o Regulamento para o Imperial Collegio Militar

<sup>33</sup> BRASIL. Câmara dos Deputados. **Decreto n. 10.202, de 9 de março de 1889**. Approva o Regulamento para o Imperial Collegio Militar. In: Coleção de Leis do Império do Brasil - 1889, p. 247, v. 1 pt. II (Publicação Original). Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-10202-9-marco-1889-542443-publicacaooriginal-51422-pe.html#:~:text=Approva%20o%20Regulamento%20para%20o%20Imperial%20Collegio%20Militar>. Acesso em: 12 jun. 2023.

Hei por bem aprovar, para o Imperial Collegio Militar, o Regulamento que com este baixa, assignado por Thomaz José Coelho de Almeida, do meu Conselho, Senador do Império, Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Guerra, que assim o tenha entendido e expeça os despachos necessários. Palácio do Rio de Janeiro em 09 de Março de 1889, 68º da Independência e do Império.

Com a rubrica de Sua Majestade o Imperador.

Thomaz José Coelho de Almeida.

Regulamento a que se refere o Decreto n.º. 10.202, de 09 de março de 1889

#### CAPITULO I - DA ORGANIZAÇÃO E FINS DO COLLEGIO

Art. 1º. Fica criado nesta Corte, sob a denominação de Imperial Collegio Militar, um instituto de instrução e educação militar, destinado a receber, gratuitamente, os filhos dos oficiais efetivos, reformados e honorários do Exército e da Armada; e, mediante contribuição pecuniária, alunos procedentes de outras classes sociais.

Art. 2º. Os alunos constituirão um corpo, ao qual será aplicado o regime disciplinar, econômico e administrativo dos corpos do Exército, salvo o que não for praticável, em razão da idade dos mesmos alunos e da índole especial deste instituto.

Art. 3º. Será internato, mas poderá admitir alunos externos, contanto que estes só se retirem do Collegio depois de findos os trabalhos teóricos e práticos do dia, na forma do regimento interno.

Tendo por fim iniciar os alunos, desde a juventude, na nobre profissão das armas, dirigirá sua educação e instrução de modo que, ao terminarem os alunos o curso, estejam aptos a prosseguir em estudos superiores das Escolas Militares do Império.

Art. 4º. Os alunos assentarão praça no ato da matrícula, mas o tempo que se demorem, frequentando o curso, não lhes será computado para efeito algum, salvo o disposto no art. 7334.

Art. 5º. Os alunos gratuitos, que completarem o curso, ficarão obrigados a prestação de serviço militar, de acordo com as leis vigentes, salvo o caso de incapacidade ou de indenizarem o Collegio das despesas que houverem feito. [...]

Excerto 21 - Decreto n. 10.202, de 9 de março de 1889.

Como observamos no art. 1º. do Decreto, a instituição educacional foi direcionada aos “filhos dos oficiais” do Exército, reformados, efetivos ou honorários. Porém, também foi aberta ao público em geral, contanto que os integrantes contribuíssem financeiramente. É preciso destacar que o Brasil, naquela época, não dispunha de uma educação pública e gratuita, informação que podemos legitimar a partir por meio de dados estatísticos do Índice de Desenvolvimento, os quais mostram que, em 1872, a população brasileira era de 10.112.662

<sup>34</sup> “Art.73. Os alunos que no fim do curso obtiverem as medalhas de ouro, de que trata o § 5º do art. 32, as poderão usar em todos os atos da vida civil ou militar, e contarão como tempo de serviço militar, para todos os efeitos, os dois últimos anos do curso”.

habitantes, sendo 8.365.997 analfabetos (83%). Já em 1889, para cada grupo de 1.000 habitantes, havia cerca de 18 alunos matriculados na rede de ensino.

O art. 2º. do Decreto informa que os alunos constituíram um corpo, aplicando o regime disciplinar, ou seja, esses estudantes passaram por um processo de descaracterização do sujeito, deixando de serem *micro* (individual) para serem vistos no *macro* (grupo). Esse grupo passou pelo processo de disciplinarização, ou seja, regulação e docilização dos corpos, nos moldes do Exército, que os preparou, conforme o art. 5º., para prestarem serviço militar obrigatório.

A criação do primeiro colégio militar, O *Imperial Collegio Militar*, deu condição de possibilidade à existência de novas instituições. Desse modo, em 1912, foram implantados mais dois colégios militares no Brasil: em Porto Alegre/RS e em Barbacena/MG.

A Guerra do Paraguai, assim como a emergência do primeiro Colégio Militar fazem parte de um rompimento histórico, um acontecimento, ou seja, uma descontinuidade. Segundo Oliveira (2008):

A descontinuidade é um dos eixos fundamentais na análise histórica de Michel Foucault. Essa é a estratégia utilizada no seu trabalho para desmontar os essencialismos com que enxergamos as questões de nosso tempo, para ironizar a pretensa natureza sublime da ideia de origem e para desestabilizar os lugares de verdade (e os poderes neles investidos) que ocupam os saberes, camuflados pelo discurso do conhecimento. Foucault acusava a história de apegar-se à ideia de continuidade, subsidiada que era pela crença em uma origem essencial que subsiste ao tempo e que comanda os destinos da humanidade. Fazia eco a uma nova tradição de pensamento que combatia a noção de progresso, exaltada tanto pelos discursos filosófico e científico quanto pelo discurso capitalista, pelo efeito de verdade dado à ilusão de que o estado atual é a referência de evolução para a sociedade (Oliveira, 2008, p. 170).

Em seus estudos sobre descontinuidades, Foucault mostra que, se buscarmos continuidades na história, camuflaremos sua verdade, o que ele comprova por meio da arqueologia e da genealogia.

Podemos considerar que a especificidade da análise de Foucault, primeiramente sobre o discurso, começa a delinear-se quando, na obra intitulada *As Palavras e as Coisas* (1966), o autor propõe analisar os saberes a partir do que os constitui: a *epistémê*. Para Foucault, há, em cada época, um espaço de ordem que constitui os saberes; uma rede que é condição de possibilidade para o aparecimento de saberes, que determina o que pode ser pensado e como ser pensado, o que pode ser dito e como pode ser dito. Assim, *epistémê* nada mais é do que o aparecimento de um espaço em determinada época, momento histórico. Além disso, os saberes

que aí surgem, manifestos nos discursos, são tomados como verdadeiros devido a sua influência.

A primeira fase de Foucault, arqueológica, identifica contiguidades entre as ciências da vida, do trabalho e da linguagem na construção dos parâmetros do verdadeiro e do falso nos percursos da modernidade, situando diferentes epistemes a conformar enunciados válidos a cada contexto. Seu trabalho dedica-se a diagnosticar o presente e, sobretudo, o estatuto do sujeito, desde as condições epistemológicas que o fazem objeto para si com as ciências humanas.

Na fase da genealogia, o filósofo vincula os pressupostos analisados na década anterior às morfologias de poder, averiguando esse poder como construtor de verdades e rejeitando a estrita consideração de uma instância repressora. Para ele, o poder, descentralizado, funciona apenas porque está contido em todas as relações; isto é, o poder não é adquirido, transferido e tampouco é da ordem do contrato. É identificado na singularidade de seus pontos de ação, funcionando como engrenagem e estratégia. Inapreensível, inalienável e intransferível, extrapola a esfera jurídica e as ordens econômicas.

O autor defende a potência de duas abordagens: “Enquanto a arqueologia é o método próprio à análise da discursividade local, a genealogia é a tática que, a partir da discursividade local assim descrita, ativa os saberes libertos da sujeição que emergem desta discursividade” (Foucault, 2005d, p. 172).

A arqueologia descreve o discurso e denuncia as regras que condicionam seu surgimento, enquanto a genealogia é uma forma de resistência e de luta contra os discursos legitimados em uma determinada época. Para elaborarmos uma análise histórica na atualidade, é preciso darmos visibilidade aos movimentos de quebras e rupturas ocorridos ao longo do tempo. Se construirmos uma linha do tempo, são notórias as mudanças e as transformações que ocorrem com o passar dos anos. Os discursos mudam, as relações de poder se alteram, o extrato dos saberes se modifica. A verdade de uma época não é a mesma da época seguinte, e só é possível capturar essa verdade quando o tempo já é outro. Foucault problematiza:

[...] o grande problema que se vai colocar - que se coloca - a tais análises históricas não é mais saber por que caminhos as continuidades se puderam estabelecer; de que maneira um único e mesmo projeto pôde-se manter e constituir, para tantos espíritos diferentes e sucessivos, um horizonte único; que modo de ação e que suporte implica o jogo das transmissões, das retomadas, dos esquecimentos e das repetições; como a origem pode estender seu reinado bem além de si própria e atingir aquele desfecho que jamais se deu - o problema não é mais a tradição e o rastro, mas o recorte e o limite; não é mais o fundamento que se perpetua, e sim as transformações que valem

como fundação e renovação dos fundamentos. Vê-se, então, o espriamento de todo um campo de questões - algumas já familiares - pelas quais essa nova forma de história tenta elaborar sua própria teoria: como especificar os diferentes conceitos que permitem avaliar a descontinuidade (limiar, ruptura, corte, mutação, transformação)? (Foucault, 2008, p. 6).

Porém, a história, beneficiando as estruturas fixas, busca apagar as rupturas dos acontecimentos, enquanto a história do pensamento, dos conhecimentos, da filosofia, da literatura, parece multiplicar as rupturas e problematizar toda as perturbações da continuidade. Sobre as continuidades, Foucault reforça:

A história contínua é o correlato indispensável à função fundadora do sujeito: a garantia de que tudo que lhe escapou poderá ser devolvido; a certeza de que o tempo nada dispersará sem reconstituí-lo em uma unidade recomposta; a promessa de que o sujeito poderá, um dia - sob a forma da consciência histórica -, se apropriar, novamente, de todas essas coisas mantidas a distância pela diferença, restaurar seu domínio sobre elas e encontrar o que se pode chamar sua morada. Fazer da análise histórica o discurso do contínuo e fazer da consciência humana o sujeito originário de todo o devir e de toda prática são as duas faces de um mesmo sistema de pensamento. O tempo é aí concebido em termos de totalização, onde as revoluções jamais passam de tomadas de consciência (Foucault, 2008, p. 14).

Toda historicidade é interpelada por redes discursivas, e o discurso, para ser considerado como tal, precisa ser identificado como um modo de resistência, uma luta por visibilidade, um campo conceitual em que os opositores, em um mesmo nível, não fugindo de relações de poder, lutem pela apropriação discursiva.

Logo, venerar o discurso nada mais é do que demonstrar nosso temor a ele. Foucault (2006) sugere não destituir esse temor, mas analisá-lo, questionando essa vontade de verdade e restituindo ao discurso seu caráter de acontecimento, suspendendo a soberania do significante. Para isso, o filósofo oferece os princípios da inversão, da descontinuidade, da especificidade e da exterioridade, em que é possível reconhecer o jogo negativo de um recorte, tratar os discursos como práticas descontínuas e conceber o discurso com uma violência, além de utilizá-lo para conhecer suas possibilidades às condições externas.

Foucault define um espaço limitado de comunicação do discurso como positividade, já que ela não tem a amplidão de uma disciplina tomada em toda a sua transformação histórica. Assim, a positividade desempenha o papel do que se chama de “*a priori* histórico”.

Já os enunciados são raros, pois estão relacionados à positividade, que é um campo estrito de práticas discursivas, e são poucas as práticas que tendem para o mesmo lugar. Os enunciados marcam a regularidade dos discursos, fazem parte de um mesmo campo, baseiam-

se em uma mesma forma de positividade, que lhes dá condições de existência. Quando Foucault fala de um *a priori*, ele não está dando validade a um juízo ou a uma verdade de determinada época, mas dando condição de realidade aos enunciados existentes. O autor não procura legitimação, mas caracteriza as regras de uma prática discursiva. Relacionando o *a priori* com a historicidade, Foucault destaca:

[...] o *a priori* não escapa à historicidade: não constitui, acima dos acontecimentos, e em um universo inalterável, uma estrutura intemporal; define-se como o conjunto das regras que caracterizam uma prática discursiva: ora, essas regras não se impõem do exterior aos elementos que elas correlacionam; estão inseridas no que ligam; e se não se modificam com o menor dentre eles, os modificam, e com eles se transformam em certos limiares decisivos. O *a priori* das positivities não é somente o sistema de uma dispersão temporal; ele próprio é um conjunto transformável (Foucault, 2008, p. 45).

O *a priori* histórico dá conta dos enunciados em sua dispersão, considerando todas as falhas em sua simultaneidade, que não pode ser unificada. Logo, o conceito tem o objetivo de abranger as diferentes perspectivas de um discurso, ou seja, diferentes sentidos e verdades. Temos dois tipos de *a priori*: o formal e o histórico; neste artigo, nós nos apropriamos do histórico para melhor embasamento, mas vale destacar a existência de ambos e explicitar que não são do mesmo nível, nem da mesma natureza. Unindo os conceitos de discurso, enunciado e *a priori*, também temos o que Foucault denomina como arquivo:

Temos de tratar, agora, de um volume complexo, em que se diferenciam regiões heterogêneas, e em que se desenrolam, segundo regras específicas, práticas que não se podem superpor. Ao invés de vermos alinharem-se, no grande livro mítico da história, palavras que traduzem, em caracteres visíveis, pensamentos constituídos antes e em outro lugar, temos na densidade das práticas discursivas sistemas que instauram os enunciados como acontecimentos (tendo suas condições e seu domínio de aparecimento) e coisas (compreendendo sua possibilidade e seu campo de utilização). São todos esses sistemas de enunciados (acontecimentos de um lado, coisas de outro) que proponho chamar de arquivo (Foucault, 2008, p. 146).

O arquivo, na perspectiva foucaultiana, não é uma soma de textos ou um espaço de memória, mas a lei do que pode ser dito, o sistema que rege o aparecimento dos enunciados como acontecimentos singulares. Não protege os enunciados do esquecimento, mas os organiza, segundo as regularidades da época. As formações discursivas são analisadas no arquivo, e as análises de discurso sempre estão contidas em seu sistema geral.

Os principais motivos que levaram à constituição de escolas de vertente militarista surgiram-se a partir do contexto histórico de uma determinada época – uma descontinuidade, quando havia lutas ativas pelo poder e por territórios. Podemos considerar que a guerra concernente a todos os acontecimentos posteriores foi a Guerra do Paraguai, tida como o maior conflito armado internacional ocorrido na América Latina. Tal conflito, que se estendeu de dezembro de 1864 a março de 1870, foi travado entre o Paraguai e a Tríplice Aliança, composta pelo Império do Brasil, pela Argentina e pelo Uruguai. Assim, se o primeiro colégio militar emergiu da Guerra do Paraguai, questionamo-nos: quais conflitos/lutas atuais justificam a imersão da militarização na educação, novamente?

Ao levarmos em consideração os acontecimentos históricos, a militarização da educação no Brasil está vinculada a valores culturais do Exército Brasileiro, seguindo seu regime disciplinar, econômico e administrativo (conforme o Decreto n. 10.202, de 9 de março de 1889). Nesse contexto, os primeiros institutos educacionais que adotaram a vertente militarista tinham a função de constituir sujeitos para servirem à Pátria, ou seja, prepará-los para carreiras militares e profissões públicas civis.

A rede discursiva que interpela a comunidade escolar, sendo a mesma do Exército, defende “a hierarquia e a disciplina”, conforme dispõe, expressamente, a Constituição Federal de 1988<sup>35</sup>, em seus artigos 42 e 142, viabilizando a docilização dos corpos, a partir da qual haveria melhor produção e rendimento da tropa.

Art. 42 Os membros das Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares, instituições organizadas com base na hierarquia e disciplina, são militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios.  
Art. 142. As Forças Armadas, constituídas pela Marinha, pelo Exército e pela Aeronáutica, são instituições nacionais permanentes e regulares, organizadas com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade suprema do Presidente da República, e destinam-se à defesa da Pátria, à garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem.

Excerto 22 – Arts. 42 e 43 da Constituição Federal de 1988.

Desse modo, tal interpelação não foge às relações de poder que cerceiam o ambiente educacional e emergem como (re)produtoras de discursos, possibilitando que a militarização seja parâmetro para o ensino de qualidade. Em entrevista concedida em 2021, o Diretor de Políticas para Escolas Cívico-Militares, Gilson Passos de Oliveira, afirmou: “O programa é

<sup>35</sup> BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm) Acesso em: 23 jun. 2023.

complementar a outras políticas de melhoria da qualidade da educação já existentes, seja no nível nacional, estadual ou municipal ou distrital”.

A defasagem da qualidade na educação não é um debate atual, uma vez que o baixo rendimento em exames nacionais, como o ENEM, ou em índices, como o IDEB, faz parte de uma teia de discussões. Há o argumento de que a piora é consequência da perda da autoridade do professor e da disciplina em sala de aula, sendo que, como pensam alguns, a alternativa para resgatar o que foi perdido seria a criação de instituições pautadas em pedagogias militares, que “estão à frente em grande parte das demais”, porque “ainda impõem hierarquia e autoridade aos alunos” (Dolzan, 2018, p. 1).

As justificativas para a implantação do programa cívico-militar assemelham-se às de uma intervenção militar. Segundo Santana e Ávila (2021), a intervenção militar fundamenta-se na existência de “grave comprometimento da ordem pública”, buscando garantir a “defesa da pátria” e dos “poderes constitucionais”, fortalecendo a lei, a ordem e a segurança. Todavia, se trocarmos algumas palavras, podemos dizer que o militarismo na educação é vinculado ao “grave comprometimento da qualidade educacional” e que, buscando garantir a “qualidade do ensino”, busca também a segurança.

Segundo Pinheiro, Pereira e Sabino (2019),

a instauração do Estado Novo reformulou os planos de educação. A partir de 1937, com o apoio de setores militares e católicos, o governo lançou um plano de educação que inseriu o como espaço de aprendizagem de valores de hierarquia e disciplina dos homens. Tais valores se tornaram referência para a qualidade que buscava a formação de um indivíduo útil e disciplinado para um Estado que queria ser industrial e nacionalista (Pinheiro; Pereira; Sabino, 2019, p. 671).

A educação, naquela época, havia passado por mudanças e tido um enfoque individualista, economicista e cidadão. Então, questionamo-nos: estaríamos sob o enfoque militarista?

Os resquícios históricos da proposta de acoplamento entre Exército e educação verificam-se na fase anterior à vinda da família real ao Brasil (1699 até 1808). Nesse período, o saber era atrelado aos jesuítas, ou seja, a ciência era fielmente cristã.

Historicamente, constatou-se que a primeira formação oficial do ensino militar no Brasil foi um curso, realizado em 1699, no Rio de Janeiro, intitulado como “Curso Prático de Fortificação”, cujo objetivo era preparar um grupo de portugueses para um reforço na costa litorânea contra os ataques estrangeiros (Pirassununga, 1958). Uma carta escrita por D. Pedro

II, rei de Portugal na época, endereçada ao governador e capitão das capitanias, materializa esse acontecimento:

Artur de Sá e Menezes. Amigo. Eu El Rei envio muito saudar. Por ser conveniente a meu serviço, Hei por bem que nessa Capitania em que há Engenheiro 26, haja aula em que possa ensinar a fortificar, havendo nela tres discipulos de partido, os quais serão pessoas que tenham capacidade necessaria para poderem aprender, e para se aceitarem terão ao menos dezoito anos de idade, os quais sendo soldados se lhes dará além do seu soldo meio tostão por dia; e não o sendo vencerá só o meio tostão; e todos os anos serão examinados para se ver se se adiantam nos estudos e se tem genio para eles, porque quando não aproveitem pela incapacidade serão logo excluídos, e quando não seja pela pouca aplicação, se lhes assinará tempo para se ver o que se melhoram; e, quando se não aproveitem nele serão também despedidos [...]” (Pirassununga, 1958, p. 10).

Nesse recorte da Carta Régia, podemos capturar o militarismo vinculado à educação, sem cometermos anacronismos e relacioná-lo à educação atual, mas considerando-o no contexto histórico do saber daquela época.

Assim, a militarização no ensino já se verificava no século XVII, apresentando características adequadas à época, pois acontecia a partir do surgimento de determinadas demandas. Era, portanto, realizada em cursos descontínuos e não lineares, com finalidades específicas. O primeiro curso foi proposto em 1738, no Rio de Janeiro, e, a partir de então, o ensino técnico para militares tornou-se obrigatório, com duração de 5 anos.

O ensino militar sofreu algumas modificações quando Portugal estava fragilizado perante os conflitos com Espanha e Inglaterra; logo, implementou cursos que reforçavam a Artilharia. Já em 1774, foi implementado o curso de formação de Engenheiros Militares no Brasil, contido no regimento de Artilharia. Em 1792, o ensino é novamente remoldado, e o novo plano contemplava matemática e exercícios práticos, que formavam oficiais de todos os cunhos, e o estudante, segundo sua aptidão, poderia escolher entre Infantaria, Cavalaria, Artilharia ou Engenharia. Por fim, foi criado o ensino superior na Real Academia Militar, em 1810, com o objetivo de formar oficiais e engenheiros militares.

Segundo Oliveira (2016), foi naquele ano que o ensino militar estabeleceu-se de fato, mas, desde meados do século XVIII, ocorriam iniciativas no país, com vistas à formação de engenheiros capazes de projetar fortificações para defesa e controle do território da colônia e de criar tecnologias para extrair recursos naturais. Nesse período, não havia objetivos nacionais brasileiros que orientassem o ensino, pois este ocorria conforme as necessidades da Coroa Portuguesa (Moreira, 2011).

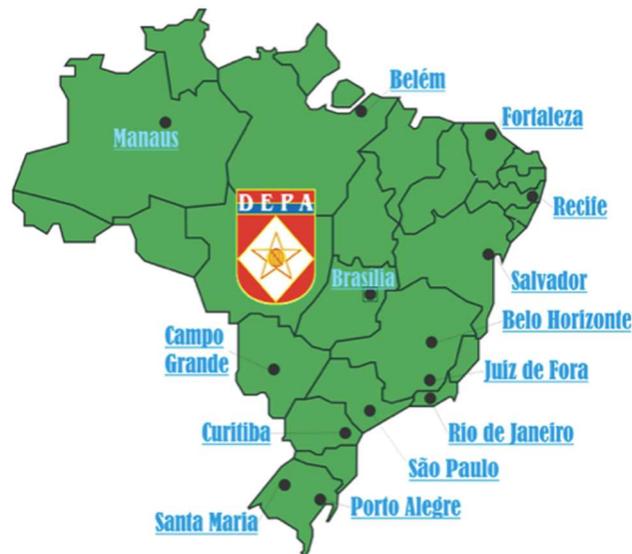
Naquela época, já havia ocorrido o processo de criação do Colégio Militar em Portugal, denominado Colégio Regimental da Artilharia da Corte, também conhecido como Colégio da Feitoria. Posteriormente, deu origem ao atual Colégio Militar, tendo sido fixado, mais tarde, o dia 3 de março de 1803 como data oficial de sua criação. Seu objetivo era educar os filhos dos oficiais daquele regimento, preocupando-se com a ocupação e a educação de crianças e jovens familiares da guarnição e de civis da região e configurando, desse modo, uma escola cujos agentes de ensino seriam os próprios militares do Regimento.

No Brasil, essa herança pode ser verificada na criação da Real Academia Militar, em 1810, com o duplo caráter, civil e militar: escola militar e escola de engenharia. Em outros termos, as escolas superiores militares nasceram antes das instituições de formação civis e arcaram com parte do ônus da formação de profissionais de que o país necessitava, como engenheiros, por exemplo. Ressaltamos, para além de aspectos pedagógicos e didáticos, que a escola com dupla destinação – formação de civis e militares – relaciona-se, desde cedo, ao envolvimento do militar na resolução dos problemas nacionais. Na ausência de uma elite com preocupação nacional, esse papel era desempenhado pelo Exército. As escolas também representavam a possibilidade de brasileiros natos ocuparem funções de comando e, por isso, não contaram com apoio português (Luchetti, 2006).

Em 1822, com a Proclamação da República, a academia passou a ser denominada como Imperial Academia Militar; já em 1832, como Academia Militar de Marinha, mas apenas em 1838 como Escola Militar. Em março de 1858, por meio do Decreto número 2.116, substituiu-se a Academia Real Militar pela Escola Central do Exército, atendendo a duas formações. Na Praia Vermelha (Rio de Janeiro), era oferecida a formação de oficiais e, no Largo de São Francisco (também no Rio de Janeiro), a formação de engenheiros civis. A escola de formação para oficiais foi intitulada Escola de Aplicação do Exército, e funcionava em regime de internato.

Mais tarde, em 1889, após o final da Guerra da Tríplice Aliança, foi fundado o primeiro Colégio Militar do Brasil, no Rio de Janeiro, instituição que está em funcionamento até os dias atuais, entre as 14 do País. Os demais Colégios Militares localizam-se em Manaus (AM), Fortaleza (CE), Recife (PE), Salvador (BA), Belo Horizonte (MG), Curitiba (PR), Porto Alegre (RS), Brasília (DF), Campo Grande (MS), Juiz de Fora (MG), Santa Maria (RS), Belém (PA), Rio de Janeiro (RJ) e São Paulo (SP).

Figura 8 - Regiões em que se localizam os Colégios Militares.



Fonte: <http://www.depa.eb.mil.br/sistema-colegio-militar-do-brasil>

O Sistema Educacional dos Colégios Militares (SCMB), segundo o Ministério da defesa (DEPA)<sup>36</sup>, oferece educação preparatória para a vida. O Ministério reforça que preparar para a vida é capacitar todos os discentes para a busca ética da felicidade e da realização pessoal, entendendo como aberta essa capacitação. O ensino preparatório deve habilitar todos os alunos ao prosseguimento dos estudos, seja pelo despertar das vocações militares – em especial, para o ingresso na EsPCEx<sup>37</sup> –, seja pela preparação para os processos seletivos que visam ao ensino superior. Os Colégios Militares, portanto, devem preparar os estudantes para a sociedade do futuro, marcada pelo avanço tecnológico, pelo mercado de trabalho volátil e competitivo, para o que a posse de conhecimento não é suficiente.

Os Colégios também visam a uma educação assistencial, que remete a educandários fortemente ancorados em valores éticos e morais bem como em costumes e tradições cultuados pelo Exército Brasileiro. É desse somatório que emerge a identidade do referido Sistema: o diferencial capaz de gerar vínculo, apego e sentimento de pertencimento aos Colégios. Como estabelecimentos de ensino filiados aos códigos do Exército, os Colégios Militares sustentam-se sobre os mesmos pilares: a hierarquia e a disciplina. Tal peculiaridade, que os distingue no campo da educação nacional, reforça a imagem que os Colégios Militares vieram lapidando ao longo de mais de 120 anos, como sua marca particular.

<sup>36</sup> Disponível em: <http://www.depa.eb.mil.br/sistema-colegio-militar-do-brasil>. Acesso em: 07 abr. 2022.

<sup>37</sup> Escola Preparatória de Cadetes do Exército.

O SCMB preocupa-se, segundo seu regimento, em formar jovens ativos e criativos, autônomos e autores, providos de competências e habilidades, além de valores éticos e morais cultuados pelo Exército Brasileiro, ou seja, indivíduos mais responsáveis, atuantes e transformadores. É na dita articulação eficaz entre a educação preparatória e a educação assistencial, em um ambiente identificado com valores, costumes e tradição do Exército Brasileiro e apoiado sobre as mesmas hierarquia e disciplina que estruturam a Força Terrestre, que os Colégios Militares cumprem sua missão de proporcionar educação básica a seus alunos.

As metas gerais, elencadas no art. 4º. do Regulamento dos Colégios Militares (R-69), aprovado pela Portaria do Comandante do Exército n. 42, de 06 de fevereiro de 2008<sup>38</sup>, sintetizam com precisão a ação educacional proposta para os Colégios Militares:

- I - permitir ao aluno desenvolver atitudes e incorporar valores familiares, sociais e patrióticos que lhe assegurem um futuro de cidadão patriota, cômico de seus deveres, direitos e responsabilidades, qualquer que seja o campo profissional de sua preferência;
- II - propiciar ao aluno a busca e a pesquisa continuadas de informações relevantes;
- III - desenvolver no aluno a visão crítica dos fenômenos políticos, econômicos, históricos, sociais e científico-tecnológicos, ensinando-os, pois, a aprender para a vida e não mais, simplesmente, para fazer provas;
- IV - preparar o aluno para refletir e compreender os fenômenos e não, meramente, memorizá-los;
- V - capacitar o aluno à absorção de pré-requisitos fundamentais ao prosseguimento dos estudos acadêmicos e não de conhecimentos supérfluos que se encerrem em si mesmos;
- VI - estimular o aluno para a saudável prática de atividade física, buscando o seu desenvolvimento físico e incentivando a prática habitual do esporte; e
- VII - despertar vocações para a carreira militar”.

Excerto 23 – Metas gerais do Regulamento dos Colégios Militares.

Podemos identificar alguns deslocamentos entre o Decreto n. 10.202 e a Portaria n. 42. Primeiramente, os Colégios Militares, atualmente, não se destinam apenas a filhos de militares, uma vez que qualquer civil pode participar do processo para integrar a escola, pretendendo, portanto, ser mais totalitário e homogeneizador do que antes se vislumbrava. No novo sistema, os estudantes não ficam obrigados ao cumprimento de obrigações militares, ou têm essa dívida. A educação, na atualidade, constrói uma visão crítica sobre assuntos transversais, sem manter o foco sobre o patriotismo, e não dispõe do sistema de internato. Porém, também há

<sup>38</sup> ESCOLA DE SAÚDE E FORMAÇÃO COMPLEMENTAR DO EXÉRCITO. **Bem-vindo à Escola de Saúde e Formação Complementar do Exército**. Disponível em: [https://www.esfcex.eb.mil.br/images/menu\\_cms/secretaria\\_ca/legislacao/1\\_Regulamento\\_dos\\_Colegios\\_Militares\\_R\\_69.pdf](https://www.esfcex.eb.mil.br/images/menu_cms/secretaria_ca/legislacao/1_Regulamento_dos_Colegios_Militares_R_69.pdf). Acesso em: 07 abr. 2022.

semelhanças: servir a pátria, honrar a família, ser regido pela disciplina e seguir valores éticos e morais, de acordo com costumes e tradições cultuados pelo Exército Brasileiro.

Retomando o Decreto n. 10.202, anteriormente abordado, percebemos que o documento era destinado às prioridades e já descrevia o modelo de sujeito que seria constituído na instituição. Além disso, determinava o padrão e o perfil que se adequava ao Colégio: alunos cujo objetivo fosse seguir a carreira militar. O regime de internato tinha o intuito de proteger socialmente os estudantes prejudicados pela Guerra da Tríplice aliança, que haviam perdido seus pais em campo de batalha; por isso, no Colégio, eram oferecidos suporte, alimentação, atendimento médico e outros recursos, como roupas, aos órfãos. Os estudantes viviam sob um regimento disciplinar rígido, que foi alterado ainda no século XIX e, atualmente, segue os padrões do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Os acontecimentos atuais são reflexo dos discursos e práticas que estão em constante transformação, não fugindo às relações de poder, que permanecem nos embates discursivos. Quando há uma ruptura histórica em determinada época, isso significa que algo se modificou, ou seja, os discursos da ordem passam a ser outros. Os discursos anteriores passaram por uma disputa, em que um deles prevaleceu e se (re)produziu, gerando materialidades e legitimando-se no cotidiano. Podemos destacar que os discursos que obtêm visibilidade estão na ordem por apresentarem condições de possibilidade para tal. Logo, atualmente, a ordem do discurso educacional aborda um suposto reforço oferecido pelo militarismo, e esse mesmo discurso foi condição de possibilidade para a existência e a criação do novo Programa Cívico-Militar nas escolas públicas brasileiras.

A história que conhecemos não é algo estratificado, fixo, finalizado, pois continua infinitamente, no presente, mesmo com todas as rupturas e transformações. Ao lançarmos mão de diferentes bibliografias sobre determinado assunto, encontramos diferentes perspectivas e posicionamentos. Nesse sentido, como veríamos a história a partir de um único viés? Geralmente, os livros descrevem a história como grandes acontecimentos, personagens que se destacaram ao longo do tempo, porém – e as outras verdades, *mal-ditas*? Obtemos ciência sobre fatos legitimados, entretanto nem sempre lhes damos visibilidade; muitas vezes, nem capturamos outros discursos, aqueles que se apagaram com o tempo e deram condições de possibilidade para tantas coisas materializarem-se em uma época passada e que, hoje, nos livros, sequer passam por nossos olhos.

O saber da época que passou é estrato; os discursos passaram por embates, resistências, mas o estrato é o que foi legitimado, e ao legítimo chamamos de história, que nos oferece condição de presente.

Para realizarmos uma leitura do passado, é necessário capturarmos os sintomas do presente e buscarmos explicações na história. Como foi inserida a militarização na educação? Por quê? Quais as condições e os efeitos desse acoplamento? Como surgiu o termo cívico-militar? Que relações de poder o fizeram emergir? Quais acontecimentos deram condição de possibilidade para que essa proposta fosse atualizada?

Para darmos conta dessas problematizações, realizamos a história do presente, visualizando sintomas atuais da educação brasileira, sem deixarmos de fora a situação política atual do país. É necessário olharmos para o cenário atual para compreendermos melhor o passado, ou seja, realizarmos um estudo arqueológico.

Que ruptura educacional brasileira deu munição para novos projetos de inserção da vertente militarista na educação? Diante disso, neste artigo, também empreendemos uma pesquisa sobre trabalhos recentes a respeito do termo cívico-militar no Brasil, buscando capturar diferentes facetas e perspectivas dos pesquisadores.

Na perspectiva pós-estruturalista, quando se trata de historicidade, os estudos não estão mais voltados ao relato de guerras por território, mudanças de governo e divergências de posicionamento político, já que as múltiplas análises vêm proliferando cada vez mais. Questões tradicionais são consideradas ultrapassadas, e os novos questionamentos referem-se a rupturas e novos modos de existência e ao modo pelo qual os estratos se modificam. Logo, um novo campo de questionamentos é descoberto, e a noção de descontinuidade ganha visibilidade, tornando-se elemento fundamental da análise histórica.

O contexto histórico no Brasil, na década de 1960, foi marcado por mudanças, transformações e rupturas, ou seja, descontinuidades que desconstruíram ideologias. Assim, levamos em consideração a ocorrência do golpe de Estado, que levou ao poder os militares, tendo sido o regime autoritário apoiado pela burguesia e pela elite. A esse governo denominamos como cívico-militar. Segundo Santos (2017):

A ruptura da continuidade do sistema político, ocorrida no Brasil em 1964, se situa após um breve período de democracia, que ocorreu com o fim do governo ditatorial de Getúlio Vargas em 1945, iniciando-se um período de relativa estabilidade política, sendo que saída de João Goulart do poder encerrou um período de relativa estabilidade democrática, com o início de mais de duas décadas de ditadura civil-militar, em que houve alternância no poder entre generais que se tornaram presidentes da república nesse período, a partir de

Humberto de Alencar Castelo Branco (1964-1967), seguido por Arthur da Costa e Silva (1967-1969), Ernesto Garrastazu Médici (1969-1974), Ernesto Geisel (1974-1979) e João Baptista Figueiredo (1979- 1985) (Santos, 2017, p. 20).

O governo ditatorial promoveu não somente várias transformações na estrutura da sociedade, mas também a opressão a qualquer oposição. Os principais movimentos de resistência ao governo partiram da União Nacional dos Estudantes (UNE), de partidos opositores e de artistas ativistas. A partir disso, o governo, com a intenção de reprimir esses movimentos, baixou alguns decretos que fortaleceram a posição de poder dos militares, criminalizando qualquer atividade opositora e intervindo nos direitos dos cidadãos, como a liberdade de expressão, por exemplo.

O discurso da ordem era o destaque do militarismo, fazendo com que os militares pudessem exercer qualquer tipo de ação sem fiscalização ou intervenções dos Poderes Judiciário e Legislativo. O acontecimento que marca a repressão se deu com a promulgação do Ato Institucional n. 5, em 1968, sob o governo do Presidente Costa e Silva, quando foi decretada a proibição de manifestações de natureza política.

Os militares tinham a permissão de reprimir movimentos de oposição e restringir os direitos civis. Logo, atos de violência se tornaram comuns, de modo que o medo e a opressão se solidificaram em uma sociedade que não tinha o direito de posicionar-se. Excessos cometidos tornaram-se rotineiros, enquanto o governo defendia que, para manter-se no poder, utilizaria esse *modus operandi*. Já o governo cívico-militar polarizou a política da época, acreditando na dualidade capitalismo x comunismo, vendo como inimigas as pessoas que mantinham ideais comunistas.

Diante desse cenário político, a prioridade não era pautada na educação, muito menos voltada à busca da cidadania ou à formação intelectual da população, porém a demanda exigiu algumas transformações, fazendo o Estado assumir o compromisso de uma educação voltada ao capital e orientando o sistema educacional para suprir as necessidades da época.

A educação passou a ser profissionalizante, com o objetivo de capacitar os estudantes para o trabalho, pois, assim, haveria melhora no desenvolvimento do país e se resolveria, em tese, o problema da desigualdade social, já que, para o governo, a profissionalização da educação era uma maneira de controle populacional. De acordo com Frigotto (2010),

o que é intrigante na teoria do capital humano, que postula uma ligação linear entre desenvolvimento e superação da desigualdade social, mediante a qualificação, porque levaria a uma produtividade crescente- é o fato dela

surgir quando observamos historicamente uma reorganização do imperialismo, uma exacerbação do processo de concentração e centralização do capital, uma crescente incorporação do progresso técnico da produção, arma de competição intercapitalista, e uma conseqüentemente desqualificação do trabalho, criação de um corpo coletivo de trabalho e ao anúncio da fase áurea do desemprego e subemprego no mundo (Frigotto, 2010, p. 30).

Vale salientarmos que a educação baseada no capital não formaria sujeitos problematizadores, críticos, que participassem de processos políticos, mas sim sujeitos que servissem apenas como mão de obra para o mercado financeiro. Assim, segundo Soares (2007), a educação, para o Estado,

passou a ser vista como um investimento: atribuiu-se ao sistema educacional a tarefa de preparar recursos humanos para atender às demandas dos projetos no campo econômico. A educação passou a ser pensada como forma de apropriação de capital, enquanto melhoria da qualificação de mão-de-obra, intensamente vinculada ao desenvolvimento que se faz com base na tecnologia, na criação e implementação dessa tecnologia e na sua relação com a produtividade, neste enfoque o homem não é visto como ser humano e sim como força de trabalho, necessária aos vários níveis e tipos de qualificação técnica. A ideologia economicista e tecnocrata coloca prioridade na concepção de educação vinculada ao desenvolvimento econômico, onde o investimento no homem deve ser visto como fator de produtividade econômica (Soares, 2007, p. 2).

Observamos, portanto, que a política educacional no Brasil foi conduzida pelo Estado ditatorial a partir das bases do liberalismo econômico, cujas regras para políticas governamentais eram ditadas pelo mercado. A política educacional do regime cívico-militar, no entender de Germano (1990), desenvolveu-se em torno dos seguintes eixos:

1. em todos os níveis da educação, houve controle, tanto político quanto ideológico, mas esse controle não foi exercido de forma linear, pois o regime não conseguiu imprimir um controle completo da educação, em virtude da conjuntura de ampliação da atuação das forças opositoras no espaço político. Por isso, aparecem, nas reformas educacionais, os elementos de “reestruturação” e de “renovação”, além da ocorrência da centralização do planejamento e das decisões, baseada no saber tecnocrata, diante dos apelos “participacionistas” das classes mais baixas.

2. Instauração da “teoria do capital humano”, isto é, a existência imediata e direta da relação entre a produção capitalista e a educação, bem mais evidenciada na reforma do Ensino de 2º. Grau, por meio da suposta profissionalização.

3. Estímulo à pesquisa voltada ao acúmulo de capital.

4. Falta de comprometimento no sentido de financiar a “educação pública e gratuita”, levando a uma prática na contramão do discurso valorativo da educação escolar, a fim de corroborar a privatização e a corrupção do ensino, de modo a transformá-lo em um negócio lucrativo e subsidiado pelo Estado. Com isso, o regime incentivou a atuação da iniciativa privada na educação, delegando a ela a ampliação do sistema de ensino e, ao mesmo tempo, desqualificando, sobretudo, a Educação Básica da escola pública.

Dessa forma, identificamos a racionalidade daquela época, que emerge a partir da descontinuidade histórica do militarismo na educação. Assim, problematizamos os objetivos do projeto cívico-militar criado em 2020, tendo como premissa a situação política atual do Brasil, um país democrático: o que levaria à atualização dessa vertente, 55 anos depois do golpe militar?

\*

Para compreendermos melhor o contexto militar na educação pública, realizamos uma pesquisa no portal da CAPES a fim de selecionarmos pesquisas que balizassem melhor nossas problematizações. Por mais que sejam inúmeras as teses e dissertações encontradas, nem todas são relacionadas à educação: há muito mais teses e dissertações sobre Instituições Militares, Golpe Militar e formação de militares em quartéis do que, propriamente, sobre escolas cívico-militares.

O material pesquisado sobre essa temática raramente descrevia o percurso do pesquisador, desde o momento em que estabelece sua meta de pesquisa até as conclusões resultantes da análise. Esse processo pode ser comparado a uma “garimpagem”, pois as “categorias de análise dependem dos documentos que precisam ser encontrados, extraídos das prateleiras e submetidos a um tratamento que, guiado pelo problema proposto na pesquisa, permita a montagem das peças, como num quebra-cabeça” (Pimentel, 2001, p. 180). Dessa forma, ressaltamos que este artigo não tem como objetivo apresentar o processo de “garimpagem”, mas apresentar resultados que possam contribuir com a análise histórica feita anteriormente e, principalmente, identificar os discursos a que se tem oferecido visibilidade na academia, em relação ao tema em questão. A partir dessa expectativa, pretendemos que o estudo possa ser útil a outros pesquisadores interessados no Programa Escola Cívico-Militar.

Nosso primeiro filtro de pesquisa foi o termo “cívico-militar” (entre aspas), aplicado no Portal da CAPES. A seguir, apresentamos o quadro que contém os resultados obtidos.

Quadro 4 - Resultados da pesquisa realizada no Portal da CAPES.

Tema	Programa Escola Cívico-Militar	Quantidade de resultados obtidos
Filtro	“Cívico-militar”	93
Nível	Doutorado	20
Ano	2010 até os dias atuais	6
Área de Conhecimento	Ciências Humanas	6
Área de conhecimento	Educação	3

Fonte: elaboração nossa (2023).

Escolhemos o termo “cívico-militar” para capturarmos teses e dissertações que abordassem o tema e filtramos por nível de doutorado para analisarmos pesquisas mais aprofundadas, que contribuíssem com nossa pesquisa. Posteriormente, filtramos teses que estivessem no intervalo de 2010 até o ano atual, pois, como o Programa Escola Cívico-Militar foi implantado em 2019, nosso objetivo era analisar se já havia, na academia, problematizações, ou abordagens mais significativas sobre a atualização do militarismo na Educação Básica. Os filtros de Ciências Humanas e Educação ofereceram foco mais específico em pesquisas nessas áreas do conhecimento.

Abaixo, destacamos as três teses encontradas a partir dos filtros aplicados.

Quadro 5 - Teses encontradas.

	Título da tese	Autor(a)	Universidade	Ano
Pesquisa CAPES 1	Estado educador, as ditaduras cívico-militares e o movimento da matemática moderna no brasil e na argentina: aproximações e distanciamentos <sup>39</sup>	Rogério Rech	Pontifícia Universidade Católica Do Paraná/ Programa de Pós-Graduação em Educação	2016
Pesquisa CAPES 2	Um estudo da disciplina de filosofia da educação na habilitação específica para o magistério (HEM): experiências em escolas de Uberlândia no período de 1971 a 1996 <sup>40</sup>	Elias Terêncio da Silva	Universidade Federal de Uberlândia/ Programa de Pós-Graduação em Educação	2021
Pesquisa CAPES 3	História da Associação de Docentes da Universidade de São Paulo (ADUSP): democratização do ensino superior e da sociedade em tempos de ditadura civil-militar no Brasil (1976-1980) <sup>41</sup>	Fernanda Batista Alves	Universidade Nove De Julho/ Programa de Pós-Graduação em Educação	2022

Fonte: elaboração nossa (2023).

<sup>39</sup> Disponível em: <https://archivum.grupomarista.org.br/pergamumweb/vinculos//00005a/00005ae5.pdf>.

<sup>40</sup> Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/32743/1/EstudoDisciplinaFilosofia.pdf>.

<sup>41</sup> Disponível em: <https://bibliotecatede.uninove.br/bitstream/tede/2962/2/Fernanda%20Batista%20Alves.pdf>.

Desenvolvemos, aqui, a revisão da literatura da tese que encontramos no campo Pesquisa CAPES 2, sobre o tema “cívico-militar”. A tese pertence à área da Educação e volta-se a escolas. A Pesquisa CAPES 1 e a Pesquisa CAPES 2 não compuseram a revisão de literatura pelos seguintes motivos: Não possuem cunho pós estruturalista, não falam sobre escola cívico – militar, nem demonstram períodos de descontinuidades históricas que fossem relevantes para a pesquisa.

É preciso salientar que, aplicando esse filtro, não encontramos nenhuma pesquisa que abordasse o novo Programa Cívico-Militar. Entretanto, mesmo assim, destacaremos a pesquisa que aborda a militarização na educação.

A Pesquisa CAPES 2 foi intitulada como *Um estudo da disciplina de filosofia da educação na habilitação específica para o magistério (HEM): experiências em escolas de Uberlândia no período de 1971 a 1996*, tese de doutorado de Elias Terêncio da Silva (2021), defendida no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Uberlândia.

A pesquisa de Silva originou-se de um estudo realizado em quatro instituições de ensino em Uberlândia-MG, que proporcionavam a Habilitação Específica para o Magistério (HEM) entre 1971 e 1996. Esse período abrange a promulgação da Lei n. 5.692/1971, durante o regime cívico-militar, que eliminou a Filosofia do currículo do então Segundo Grau. A fim de entender o conteúdo programático da disciplina “Aspectos Históricos e Filosóficos da Educação” (AHFE), de acordo com os fundamentos da educação oferecidos pela HEM, o pesquisador teve como objetivos determinar se as instituições seguiram a legislação vigente à época, que se limitava a oferecer apenas os AHFE; investigar a inclusão de disciplinas autônomas nos currículos; e examinar a presença da Filosofia.

Silva (2021) também analisou as concepções filosóficas e educacionais e a orientação da formação docente nos AHFE e na disciplina de Filosofia da Educação, conforme constava no Manual do Curso Normal da Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais (SEEMG) (1988). Por fim, procurou averiguar se houve um controle absoluto e direto da educação pelo regime cívico-militar. A abordagem metodológica adotada foi quali-quantitativa, envolvendo pesquisa bibliográfica e documental, focada nas escolas extintas da Superintendência Regional de Ensino de Uberlândia/MG. A análise dos dados empíricos foi conduzida por meio de uma planilha do programa Excel, e um questionário foi empregado para a análise documental.

O pesquisador constatou a omissão dos AHFE nas matrizes curriculares, mas identificou a inclusão da disciplina de Filosofia da Educação em algumas instituições de ensino de Uberlândia, identificadas no estudo como I, II, III e IV. A Filosofia revelou-se não extinta na formação inicial de professores do Segundo Grau, e a Filosofia da Educação, conforme o Manual da SEEMG/1988, apresentou uma forte inclinação para a filosofia marxista, focada na análise da práxis, indicando orientação marxista na formação docente. Essa disciplina figurou nos currículos como uma matéria autônoma, desafiando as diretrizes estabelecidas pela Lei n. 5.692/1971 e pelo Parecer CFE n. 349/1972-CESU. Em relação ao tipo de formação, a pesquisa indicou que era superficial na HEM, porém O Manual a descrevia como mais integral.

Os resultados obtidos por Silva (2021) apontaram que o regime cívico-militar não exerceu um controle absoluto e contínuo sobre a educação e que a HEM demonstrou ser ineficaz em âmbito nacional. A presença da Filosofia nas quatro instituições de ensino de Uberlândia foi interpretada como um ato de reivindicação e resistência, refletindo o esforço em favor da preservação e da reintegração da Filosofia no ensino de Segundo Grau. Em Uberlândia, as escolas emergiram como cenários de confronto e contradição entre os interesses das classes sociais, ou seja, entre os grupos dominantes e dominados. No entanto, a Filosofia só foi reintegrada ao currículo oficial 37 anos após a promulgação da Lei n. 5.692/1971.

A partir dessas considerações sobre a tese de Silva (2021), verificamos que se trata de um estudo que investiga a formação de professores a partir de legislações estabelecidas no período do regime cívico-militar e, por mais que não seja uma pesquisa de cunho pós-estruturalista e nem uma pesquisa sobre o PECIM, trabalhou com as descontinuidades históricas na docência. O autor realizou uma historização dos fatos, envolvendo a Escola Normal (Magistério), a Filosofia na educação no Brasil e o regime cívico-militar (a partir do golpe de 1964), para então, levantar o conteúdo programático desenvolvido nos “Aspectos biológicos, psicológicos sociológicos, históricos e filosóficos da educação”, dos Fundamentos da Educação, mais especificamente, nos “Aspectos Históricos e Filosóficos da Educação” (AHFE) da Habilitação Específica para o Magistério (HEM), e/ou na disciplina História e Filosofia da Educação da antiga Escola Normal, uma vez que ambas eram voltadas à formação de professores das séries iniciais em nível de Segundo Grau, nas Instituições de Ensino da cidade de Uberlândia, no período de 1971 a 1996. O estudo considerou, ainda, que a Lei n. 5.692/1971, promulgada durante o regime cívico-militar, suprimiu a Filosofia do Segundo Grau.

Para nortear e embasar mais profundamente a análise, também pesquisamos, no repositório de teses e dissertações da CAPES, o termo cívico-militar sem colocá-lo entre aspas. A pesquisa revelou 10.503 resultados, como descrevemos a seguir.

Quadro 6 - Resultados da pesquisa no Portal da CAPES.

<b>Tema</b>	Cívico-militar	<b>Quantidade</b>
<b>Filtro</b>	Cívico-militar	10.503
<b>Nível</b>	Doutorado	2025
<b>Ano</b>	2010 até os dias atuais	1247
<b>Área de Conhecimento</b>	Ciências Humanas	162
<b>Área de avaliação</b>	Educação	30

Fonte: elaboração nossa (2023).

O filtro cívico-militar, sem aspas, foi escolhido para encontrarmos mais discussões sobre a intersecção dos termos (cívico e militar). Como nível, escolhemos “tese de doutorado” para catalogarmos pesquisas com maiores aprofundamentos teórico-metodológicos. Além disso, estipulamos um recorte temporal a partir do ano de 2010, a fim de capturarmos as pesquisas atuais, com discursos que permeassem o cenário contemporâneo, que deu condição de possibilidade para a instauração do PECIM. Selecionamos ciências humanas e educação como áreas de conhecimento e de avaliação, respectivamente, pois nossa pesquisa é voltada à referida área. Esse filtro apresentou 30 teses como resultado.

É notório, a partir do quadro apresentado, que o tema cívico-militar é bastante abordado em pesquisas na atualidade; mesmo assim, algumas delas não contribuíram com nossa problemática por relacionarem-se a outros eixos e áreas de conhecimento e terem outros referenciais. Assim, optamos por selecionar pesquisas que tivessem sido elaboradas em escolas, na perspectiva pós-estruturalista (a fim de estabelecerem diálogo com nosso referencial) e/ou que relacionassem o termo cívico-militar à educação. Salientamos que, nesses filtros, encontramos uma pesquisa que abordava o novo Programa Cívico-Militar. Dessa forma, exploramos essa pesquisa e verificamos algumas outras que também tematizavam a militarização da educação. A partir de nossas discussões, dialogamos com as teses selecionadas, que totalizaram três e que apresentamos nos quadros a seguir, com o título de cada uma e a identificação dos autores, da Universidade em que foi realizada a pesquisa e o ano em que cada uma foi defendida.

Quadro 7 - Pesquisa CAPES 4.

Pesquisa CAPES	Título da Tese	Autor(a)	Universidade - PPG	Ano
	<b>Ordinário, marche! A marcha pela militarização da educação</b>	Laila Fernanda de Castro Gonçalves	Universidade Federal Fluminense (UFF) - Programa de Pós-Graduação em Educação	2023
	<b>Referencial</b>			
	Pós-estruturalista.			

Fonte: elaboração nossa (2023).

A tese de Laila Fernanda de Castro Gonçalves foi a única, entre as encontradas, que abordando o Programa Cívico-Militar, o que reforça a importância de nossas discussões. A pesquisa é voltada à justificativa da implantação do militarismo na educação em função da quantidade expressiva de violência, abordando a segurança como um dos motivos para a adesão ao sistema. Segundo a autora, em diversos momentos históricos, o Estado brasileiro utilizou as forças policiais e militares para regular comportamentos e transformar o cenário urbano, tanto em âmbitos sociais quanto educacionais. Sua proposta de pesquisa visava a explorar e analisar como a criminalização da pobreza estaria, historicamente, conectada à militarização das escolas públicas. Curiosamente, o discurso que promove o sucesso social de jovens de baixa renda por meio da educação militar vem recebendo considerável destaque no atual panorama educacional brasileiro, de modo que a política de implementação de escolas cívico-militares no ensino básico, justificada pela melhoria no desempenho dos alunos e pela redução dos índices de criminalidade, está em expansão.

O estudo de Gonçalves (2023) propõe uma discussão baseada em uma análise genealógica da instituição de educação militar pública, utilizando a disciplina militar como maneira e opção de prevenir a criminalidade e promover o sucesso educacional. O trabalho visou a compreender como a força militar foi empregada pelo Estado brasileiro para suprimir comportamentos considerados indesejáveis, o que, frequentemente, estigmatiza minorias de diversas maneiras, e avaliar como essa segregação punitiva estabeleceu-se na escola pública. Conforme a autora (2023), as Forças Armadas, em sua função, são destinadas à defesa do território nacional, o que está previsto na Constituição Federal:

Art. 142. As Forças Armadas, constituídas pela Marinha, pelo Exército e pela Aeronáutica, são instituições nacionais permanentes e regulares, organizadas com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade suprema do Presidente da República, e destinam-se à defesa da Pátria, à garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem (Brasil, 1988 *apud* Gonçalves, 2023, p. 126).

Ainda de acordo com a tese em questão, as forças auxiliares servem à preservação da ordem pública e do bem-estar das pessoas, bem como à preservação do patrimônio:

Art. 144. A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos: I - polícia federal; II - polícia rodoviária federal; III - polícia ferroviária federal; IV - polícias civis; V - polícias militares e corpos de bombeiros militares. VI - polícias penais federal, estaduais e distrital (Brasil, 1988 *apud* Gonçalves, 2023, p. 126).

Assim, a autora conclui que não é função, nem atribuição constitucional da Polícia Militar, do Corpo de Bombeiros ou das Forças Armadas a oferta de Educação Básica em suas esferas de atuação e que, portanto, o legislativo estadual que ampara a criação e o funcionamento das escolas militarizadas contraria a Constituição Federal (Ximenes; Stuchi; Moreira, 2019 *apud* Gonçalves, 2023, p. 127).

A pesquisa de Laila Gonçalves explora o papel das forças militares, tanto federais quanto estaduais, conforme estabelecido pela Constituição Federal, que delimita suas funções à defesa nacional, à manutenção da ordem pública e à proteção de pessoas e propriedades. Contudo, apesar dessas restrições, as Forças Armadas e as polícias estaduais mostram interesse em fundar e expandir escolas militares pelo país. Com o lançamento do Programa das Escolas Cívico-Militares, essa iniciativa recebeu ímpeto e respaldo da população atraída por propostas conservadoras. No entanto, segundo a autora, essas instituições acabam por agravar a segregação social, ao serem mais amplamente financiadas e selecionarem, principalmente, alunos com melhor desempenho, excluindo os mais vulneráveis (mulheres, pessoas LGBTQI+, povos originários e economicamente desfavorecidos).

Historicamente, a disciplina militar nas forças públicas remonta ao século XIX, começando com a Guarda Real de Polícia do Rio de Janeiro, criada para monitorar e reprimir as manifestações das classes populares e dos escravizados. Com o tempo, surgiram instituições como o Colégio Imperial Militar e a Fundação Osório, destinadas a disciplinar órfãos e outros jovens. No século XX, as escolas estaduais militarizadas, geridas pela Polícia Militar e pelo Corpo de Bombeiros, foram promovidas como soluções para os problemas de indisciplina e violência escolar. No entanto, a autora critica essa abordagem, argumentando que a disciplina de crianças deve ser responsabilidade de educadores, e não de policiais.

O histórico descrito, de atuação às vezes inconstitucional das forças militares, culminou com a criação do Programa das Escolas Cívico-Militares, visto como parte de uma tendência

conservadora, que visa a regular e controlar as classes populares, cujos direitos sociais foram fortalecidos durante os 14 anos de governo do Partido dos Trabalhadores no Brasil. A autora também destaca que a pobreza e as desigualdades sociais fazem parte de um processo de criminalização que, para o governo, serve como justificativa para a intervenção disciplinar nas escolas públicas. Ressaltamos, como a autora da tese, que a presença de policiais militares não foi igualmente aplicada nas escolas privadas, transformando a escola pública brasileira em um instrumento de controle social, que pune os mais pobres desde o processo seletivo até a constante fiscalização e cobrança de produtividade, marginalizando os mais vulneráveis sob critérios de mérito.

Segundo Gonçalves (2023),

O cometimento da violência no extramuros das escolas, tão enfatizado e criticado pelo poder público, agora surgia com roupagem de legalidade e aprovação social nos intramuros escolares. As múltiplas violências e exclusões ocorridas nas ruas, tendo como principal alvo a pobreza, ganhava legitimidade no interior das escolas militarizadas. Sob o argumento da civilidade e da produtividade, desenhado na Idade Moderna, a escola militarizada era uma espécie de reatualização do projeto da Modernidade que silenciava, excluía e sujeitava o indivíduo, mas agora ao som do hino nacional brasileiro e sob o comando: ordinário, marche! (Gonçalves, 2023, p. 128)

A tese de Gonçalves contribui com nossa pesquisa em diversos aspectos, primeiramente por ser a pesquisa pioneira, entre as que encontramos, a dar visibilidade ao programa de escolas cívico-militares e, em segundo lugar, porque mostra um dos motivos da adesão voluntária ao programa, qual seja, a falta de segurança da sociedade.

\*

O objetivo da próxima tese aqui abordada, encontrada por meio da Pesquisa CAPES 5, foi estudar quatro escolas que funcionaram em Curitiba entre 1965 e 1986, anos que correspondem à fundação da primeira e ao fechamento da última delas. Essas escolas são definidas, pela literatura educacional, como “Escolas Alternativas”, conjunto de instituições que estabeleceram diferentes críticas às escolas convencionais, não só no Brasil como em várias partes do mundo. Muitos dos idealizadores e fundadores dessas escolas enfrentaram o regime militar, sendo que alguns foram perseguidos e presos e que algumas escolas sofreram investigações e intervenções da polícia. O quadro a seguir apresenta os dados da tese em questão.

Quadro 8 - Pesquisa CAPES 5.

Pesquisa CAPES 5	Título da Tese	Autor(a)	Universidade - PPG	Ano
	<b>Escolas alternativas em Curitiba: trincheiras, utopias e resistências pedagógicas (1965 - 1986)</b>	Maria Rosa Chaves Künzle	Universidade Federal do Paraná – Programa de Pós-Graduação em Educação	2011
	<b>Referencial</b> Pós-estruturalista (Michel Foucault e Michel de Certeau).			

Fonte: elaboração nossa (2023).

De acordo com a autora, Maria Rosa Chaves Künzle (2011), as escolas surgiram como espaços de cuidado e educação para filhos de militantes, amigos e simpatizantes que buscavam uma alternativa à educação doutrinária e autoritária. Além de seu papel educacional, essas escolas também funcionaram como trincheiras de proteção e encontro para aqueles envolvidos em movimentos clandestinos. Influenciadas pelas pedagogias progressistas da época, essas instituições adotaram, em suas práticas, elementos das Pedagogias Ativas, da Pedagogia Socialista e da Pedagogia Libertária.

Essas abordagens pedagógicas manifestaram-se nas práticas escolares de formas variadas, algumas vezes de maneira explícita e sistematizada, e outras de maneira mais intuitiva e difusa. Apoiando-se nas teorias de Michel Foucault e Michel de Certeau, sobre instituições disciplinares e resistência, o estudo identificou movimentos de contestação à educação oficial, especialmente em relação à organização dos espaços e dos tempos escolares, a discussões sobre gênero, família e moral e a debates sobre liberdade e limites.

Como discutido na tese, essas experiências educacionais representaram tentativas de criar uma “outra educação”, promovida por indivíduos empenhados em mudanças sociais. Durante os agitados anos 1960, esses educadores arriscaram suas vidas na luta contra a ditadura, buscando romper com os paradigmas de uma sociedade disciplinadora e autoritária. Os fundadores das Escolas Alternativas visavam à construção de uma instituição educacional que divergisse das escolas tradicionais disciplinares, tanto em funcionamento quanto em metodologia.

Inspirados por ideias pedagógicas progressistas, esses educadores implementaram práticas baseadas em correntes como a Pedagogia Libertária, originada no movimento anarquista do século XIX e adaptada à época da contracultura; as Pedagogias Ativas, com ênfase no desenvolvimento infantil e na psicologia escolanovista; e os princípios da Pedagogia Socialista, guiados pelos fundamentos teóricos do marxismo e pelos ideais socialistas libertários de Célestin Freinet, com vistas à construção de uma nova sociedade e de um novo

ser humano. Essas ideias estiveram presentes nas práticas escolares, revelando-se de formas diversas, conforme situações e contextos específicos.

A tese de Künzle mostra outro tipo de Educação, diferente daquela implementada pelo regime autoritário. Aborda as linhas de fuga existentes nos processos da militarização e contribui para a presente tese ao mostrar que pode haver outras maneiras de inovar na Educação. A autora também utiliza conceitos de Michel Foucault para estabelecer conexões com a Educação. Sua tese discute questões como a organização dos espaços e tempos escolares; gênero, família e moral; e os debates sobre “liberdade e limites”, o que nos serve de embasamento quando questionamos o paradoxo entre liberdade e segurança. A tese destacada anteriormente, de Gonçalves (2023), tematiza a falta de segurança como motivo de adesão ao programa cívico-militar, enquanto a de Künzle (2011) põe luz sobre outra perspectiva de escola, libertária.

\*

A pesquisa CAPES 6, por sua vez, investigou o processo de militarização em colégios públicos da rede estadual de Goiás, especificamente nos Colégios da Polícia Militar de Goiás (CPMG). Para contextualizar o estudo, destacamos que, após 2013, a gestão civil dessas escolas foi substituída pela outra, da Polícia Militar, incluindo a nomeação de um oficial militar como diretor e a criação da Associação de Pais e Mestres para gerenciar recursos de contribuições voluntárias. Além disso, foi implementada uma estrutura organizacional com divisões específicas para ensino, administração, disciplina e finanças, que não são comuns na rede regular de ensino de Goiás.

O estudo agora em foco apresenta natureza qualitativa e descritiva, havendo empregado métodos como pesquisa bibliográfica, documental, observação em campo e entrevistas semiestruturadas para analisar as implicações da referida militarização na garantia do direito à educação pública. Como resultados, seu autor, Vinicius Borges Alves (2021) aponta que os CPMG podem comprometer esse direito devido a práticas como a cobrança de “contribuição voluntária”, processos seletivos para admissão e critérios rigorosos de desempenho e disciplina para permanência dos alunos, além da substituição de uma gestão escolar eleita pela comunidade por uma gestão militar.

No contexto brasileiro, a influência militar estende-se do político ao educacional. Historicamente, os militares têm participado ativamente das decisões políticas do país, marcadas por transições, rupturas e continuísmos. De acordo com Alves (2021), em Goiás, a militarização dos colégios foi motivada por razões políticas e sociais, incluindo a busca por

apoio político local, manutenção da influência na gestão escolar e promoção dessas escolas como modelos de sucesso para ocultar deficiências da rede estadual, em um processo que também serve aos interesses das classes mais privilegiadas. Críticas a essa política incluem o enfraquecimento da gestão democrática escolar, a não resolução das desigualdades educacionais e a perpetuação do autoritarismo estatal.

O quadro a seguir apresenta dados da tese de Alves (2021).

Quadro 9 - Pesquisa CAPES 6.

Pesquisa CAPES 6	Título da Tese	Autor(a)	Universidade - PPG	Ano
	<b>Militarização de colégios públicos da rede estadual de ensino de goiás: implicações para o direito à educação pública e gratuita</b>	Vinicius Borges Alves	Universidade Estadual Paulista – Programa de Pós-graduação em Educação	2021
<b>Referencial</b>				
<b>Pesquisa qualitativa.</b>				

Fonte: elaboração nossa (2023).

\*

A ferramenta analítica utilizada para tecer o caminho deste artigo foi a historicidade de acontecimentos do passado, capturando continuidades e descontinuidades históricas do militarismo na educação. Essa ferramenta mostra a causa, ou melhor, as condições de possibilidade para atualização do militarismo que aparece com interface de programa cívico-militar nas escolas, instituições públicas formadoras de sujeitos. As teses abordadas são produções científicas que fazem parte do efeito desses acontecimentos, operando como documentos legitimadores dos efeitos emergentes na época atual.

Logo, das 30 teses que resultaram da busca no repositório da CAPES, destacamos as que de melhor maneira contribuíram com esta pesquisa, conforme os destaques acima. O critério de escolha empregado relacionou-se ao fato de serem teses desenvolvidas na área da Educação, tendo apresentado como tema principal o militarismo na educação. Tais pesquisas revelam diferentes perspectivas, referenciais, abordagens e posicionamentos. Já os temas encontrados nas demais teses foram diversos: educação inclusiva, gênero e inclusão das mulheres, historização das instituições, constituição dos colégios, análises sobre estudantes e corpo docente, análises documentais, estratégias de governo nos colégios, entre outros.

A pluralidade das pesquisas sobre o militarismo na educação é notória. Elas convergem para o mesmo tema, embora tenham diferentes perspectivas sobre essa vertente. Não

encontramos outras pesquisas que abordassem a descontinuidade do militarismo na educação, o que nos assegura ineditismo.

### **Considerações finais**

A criação do programa que instaura escolas cívico-militares mostra como o discurso do militarismo está sob visibilidade. Optamos por não entrar em detalhes sobre o contexto político atual, tendo preferido diagnosticar as condições de possibilidade que contribuíram para chegarmos a esse cenário. Em função disso, coube realizarmos, neste artigo, a historização do militarismo no Brasil, dando visibilidade ao aparecimento do termo “cívico-militar” e compreendendo as continuidades e as descontinuidades históricas desse sistema. Utilizamos as teorizações de Michel Foucault e seu entendimento sobre história do presente para analisar os efeitos da intersecção entre militarismo e a educação, que deu condição para a instauração do novo Programa. A problemática-chave de nosso artigo esteve na emergência de um reforço na educação pública.

No primeiro momento, abordamos o cenário atual da educação brasileira junto da instauração do PECIM, explicando o funcionamento e os objetivos do novo projeto. Para darmos conta das problematizações que emergiram, realizamos um estudo arqueológico, abordando o contexto histórico contido na criação do primeiro colégio com vertente militarista no Brasil. Utilizamos como ferramenta analítica a descontinuidade histórica, apresentando, propositalmente, no texto, fatos descontínuos, de tempos históricos diferentes, pois, assim como no texto, os acontecimentos não são lineares.

Já no segundo momento, expusemos uma análise das rupturas históricas, a fim de verificarmos a episteme e as condições de possibilidade para a atualização do militarismo na educação, capturando a racionalidade da época a partir de uma história do presente. Em seguida, para compreendermos melhor o contexto militar na educação pública, apresentamos a pesquisa realizada no portal da CAPES, selecionando algumas teses para balizar melhor nossas problematizações e compreender quais são os discursos atuais sobre o militarismo na área científica. As teses encontradas foram de grande importância para qualificar o trabalho feito até aqui, ainda que tenhamos encontrado poucos trabalhos que abordassem o Programa Escola Cívico-Militar, o que, porém, contribuiu para o ineditismo de nossa pesquisa na área da educação. Conseguimos capturar, na única tese encontrada que aborda mais diretamente nosso tema, alguns embasamentos que teorizam as problemáticas propostas até aqui. Já as demais

teses, propiciaram que identificássemos outras discussões, problematizações também importantes, que englobam o termo “cívico-militar” e fazem parte da racionalidade da época atual. Nas teses encontradas, a abordagem do referido termo estava contida em determinado contexto histórico, em que a descontinuidade era visível em cada pesquisa. Capturamos, como discursos da ordem: educação inclusiva, gênero e inclusão das mulheres, historização das instituições, constituição dos colégios, análises sobre os estudantes e corpo docente, análises documentais, estratégias de governmentação, entre outros.

Logo, realizamos, sob inspiração na fase arqueogenealógica de Michel Foucault, uma análise pós-estruturalista, relatando fatos históricos importantes para que se constituísse a militarização da educação, tais como a Guerra do Paraguai e, junto dela, a criação do primeiro colégio militar, além do golpe de Estado de que emergiu o termo “cívico-militar”, entre outros. Também foi relevante observar as demais pesquisas para analisarmos os tipos de pesquisas que vêm sendo construídas sobre essa temática, para, assim, identificarmos a episteme vigente na sociedade contemporânea.

## Referências

ALVES, Fernanda Batista. **História da associação de docentes da Universidade de São Paulo (Adusp):** democratização do ensino superior e da sociedade em tempos e ditadura civil militar no Brasil (1976-1980). 2022. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Nove de Julho (UNINOVE), São Paulo, 2022.

ALVES, Vinicius Borges. **Militarização de colégios públicos da rede estadual de ensino de Goiás:** implicações para o direito à educação pública e gratuita. 2021. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual Paulista (Unesp), Instituto de Biociências, Rio Claro, 2021.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Decreto n. 10.202, de 9 de março de 1889.** Aprova o Regulamento para o Imperial Collegio Militar. *In:* Coleção de Leis do Império do Brasil - 1889, p. 247, v. 1 pt. II (Publicação Original). Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-10202-9-marco-1889-542443-publicacaooriginal-51422-pe.html#:~:text=Approva%20o%20Regulamento%20para%20o%20Imperial%20Collegio%20Militar>. Acesso em: 12 jun. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria n. 1.071, de 24 de dezembro de 2020. Regulamenta a implantação do Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares - Pecim em 2021, para implementação das Escolas Cívico-Militares - Ecim nos estados, nos municípios e no Distrito Federal. **Diário Oficial da União**, 28 dez. 2020. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-1.071-de-24-de-dezembro-de-2020-296412451>. Acesso em: 07 mar. 2022

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes das Escolas Cívico-Militares**. Brasília: MEC, 2021.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm) Acesso em: 23 jun. 2023.

CARVALHO, Argens José de. Colégio Militar. Cem anos de tradição. **Revista do Exército Brasileiro**, Rio de Janeiro, v. 126, n. 1, p. 126, jan./mar. 1989.

CARVALHO, Fabrícia A. T. **Colégio Militar do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2015.

CUNHA, Beatriz Rietmann da Costa e. **Assistência e profissionalização do Exército: elementos para uma história do Imperial Colégio Militar**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

CUNHA, Beatriz Rietmann da Costa e. **Ensino secundário militar na primeira república: a construção dos colégios militares (1889-1919)**. 2012. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2012.

DIRETORIA DE EDUCAÇÃO PREPARATÓRIA E ASSISTENCIAL (DEPA). **Histórico**. Disponível em: <http://www.depa.eb.mil.br/historico>. Acesso em: 23 fev. 2022.

DOLZAN, Marcelo. Bolsonaro inaugura colégio para filhos de PMs e critica ideologia de gênero. **Terra**, 17 dez. 2018. Disponível em: <https://www.terra.com.br/noticias/bolsonaro-inaugura-colegio-para-filhos-de-pms-e-critica-ideologia-de-genero,a0a575f46d6eff1926e3075222fd84a057zke16v.html>. Acesso em: 03 ago. 2023.

ESCOLA DE SAÚDE E FORMAÇÃO COMPLEMENTAR DO EXÉRCITO. **Bem-vindo à Escola de Saúde e Formação Complementar do Exército**. Disponível em: [https://www.esfcex.eb.mil.br/images/menu\\_cms/secretaria\\_ca/legislacao/1\\_Regulamento\\_dos\\_Colegios\\_Militares\\_R\\_69.pdf](https://www.esfcex.eb.mil.br/images/menu_cms/secretaria_ca/legislacao/1_Regulamento_dos_Colegios_Militares_R_69.pdf). Acesso em: 07 abr. 2022.

FIGUEIRA, Kátia Cristina Nascimento. **Forças armadas e educação: o Colégio Militar de Campo Grande – MS (1993-2010)**. 2011. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2011. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/7280>. Acesso em: 10 jun. 2022.

FOUCAULT, Michel. **A Ordem do Discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970**. 13. ed. Tradução de Laura F. A. Sampaio. São Paulo: Loyola, 2006.

FOUCAULT, Michel. **As Palavras e as Coisas**. 8. ed. Tradução de Salma T. Muchail. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

FOUCAULT, Michel. **Arqueologia do Saber**. 7. ed. Tradução de Luiz F. B. Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. 21. ed. Tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 2005d.
- FRIGOTTO, Gaudêncio. **A produtividade da escola improdutiva**. São Paulo. Cortez, 2010.
- GERMANO, José Wellington. **Estado Militar e Educação no Brasil: 1964/1985: um estudo sobre a política Educacional**. 1990. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Campinas, 1990.
- GONÇALVES, Laila Fernanda de Castro. **Ordinário, marche!** A marcha pela militarização da educação. 2023. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2023.
- KÜNZLE, Maria Rosa Chaves. **Escolas alternativas em Curitiba: trincheiras, utopias e resistências pedagógicas (1965 - 1986)**. 2011. Tese (Doutorado em Educação) – Curso de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Paraná, 2011.
- LUCHETTI, Maria S. R. **O ensino no Exército brasileiro: histórico, quadro atual e reforma**. 2006. Dissertação (Mestrado) – Universidade Metodista de Piracicaba (UNIMEP), Piracicaba, 2006.
- MOREIRA, Heloi J. F. Casa do Trem: berço do ensino militar e da Engenharia brasileira. **Revista do Exército Brasileiro**, v. 147, Edição especial: 200 anos do ensino militar, 2011.
- MOTTA, Jehovah. **Formação do oficial do Exército**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2001.
- NOGUEIRA, Jefferson Gomes. **Educação Militar: uma leitura da educação no sistema dos Colégios Militares do Brasil (SCMB)**. 2014. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2014.
- OLIVEIRA, Ana Amélia Penido. Profissionalização à Brasileira. *In: IX ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS DE DEFESA*. Florianópolis, 2016.
- OLIVEIRA, Cristiane. A vertigem da descontinuidade: sobre os usos da história na arqueologia de Michel Foucault. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 1, p. 169-181, jan./mar. 2008.
- PIMENTEL, Alessandra. O método da análise documental: seu uso numa pesquisa historiográfica. **Cadernos de Pesquisa**, n. 114, p. 179-195, nov. 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cp/n114/a08n114.pdf>. Acesso em: 09 jun. 2024.
- PINEDA, Silvana Schuler. **O Casarão da Várzea visto por dentro: trajetórias escolares de alunos do Colégio Militar de Porto Alegre**. 2009. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2009.

PINHEIRO, Daniel Calbino; PEREIRA, Rafael Diogo; SABINO, Geruza de Fátima Tome. Militarização das escolas e a narrativa da qualidade da educação. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, [S. l.], v. 35, n. 3, p. 667-688, set./dez. 2019.

PIRASSUNUNGA, Adailton. **O ensino Militar no Brasil (Colônia)**. Rio de Janeiro, RJ: Biblioteca do Exército Editora, 1958.

RECH, Rogério. **O estado educador, as ditaduras cívico-militares e o movimento da 2016 matemática moderna no Brasil e na Argentina: aproximações e distanciamentos**. 2016. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 2016.

SANTANA, Ygor Santos de; ÁVILA, Flávia de. Um diálogo entre biopolítica e colonialidade a partir da intervenção militar no Rio de Janeiro. **Revista Direito, Estado e Sociedade**, [S. l.], 2021. Disponível em: <https://revistades.jur.puc-rio.br/index.php/revistades/article/view/1656>. Acesso em: 10 jun. 2023.

SANTOS, Leonardo Batista dos. **A Escola Estadual Josias Pinto no Projeto Educacional do Governo Civil-Militar (Nova Ponte-Minas Gerais, 1965-1975)**. 2017. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2017.

SILVA, Elias Terêncio da. **Um estudo da disciplina de filosofia da educação na habilitação específica para o magistério (HEM): experiências em escolas de Uberlândia no período de 1971 a 1996**. 2021. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2021.

SOARES, Andréa de Almeida Rosa. As mudanças na Educação Brasileira no Contexto Neoliberal e suas implicações no ensino superior. *In*: VII CONGRESSO LATINO-AMERICANO DE HUMANIDADES. Campos dos Goitacazes, 2007.

XIMENES, Salomão Barros; STUCHI, Carolina Gabas; MOREIRA, Márcio Alan Menezes. A militarização das escolas públicas sob os enfoques de três direitos: constitucional, educacional e administrativo. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, v. 35, n. 3, p. 612, 2019. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/rbpae/article/view/96483>. Acesso em: 10 jun. 2023.

VOY  
EN ESTE  
PUNTO

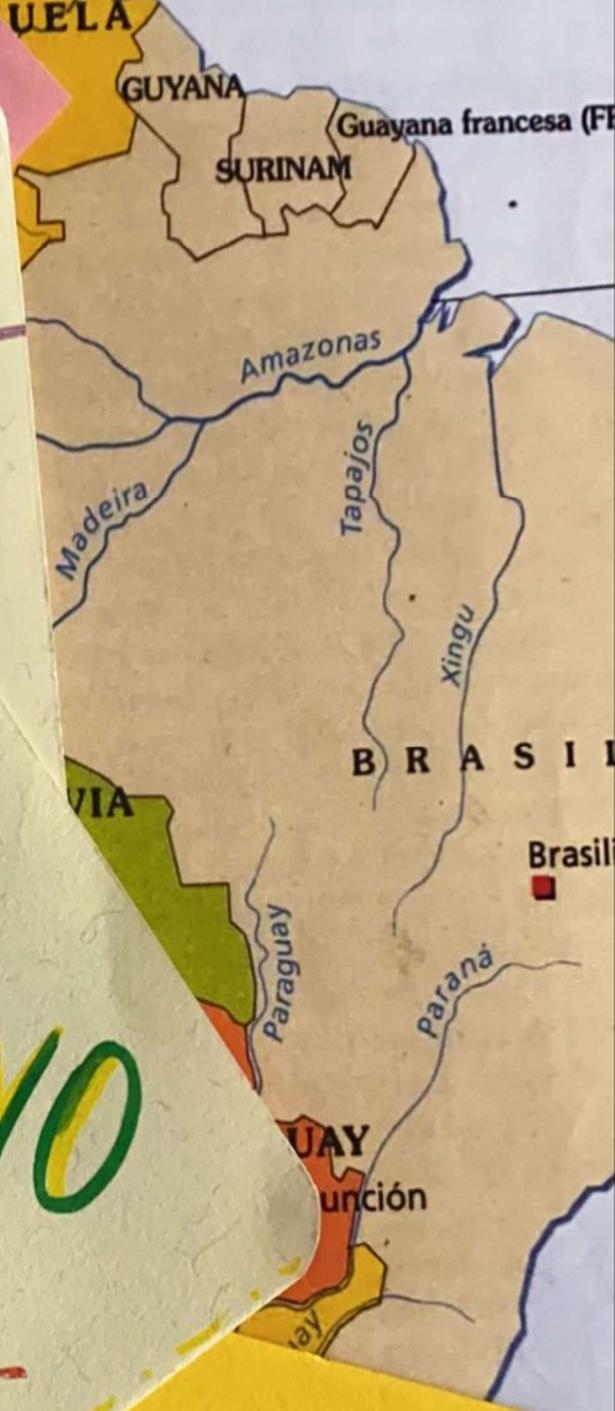
PROBLEMATI-  
ZAR

DISPOSITIVO

DE  
TERCEIRI-  
ZAÇÃO

EMERGE DE  
UMA SOCIEDADE  
NEOLIBERAL

POLÍTICA  
SEGURANÇA  
SOCIEDADE DE  
PLINA CONTROLE



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta tese, apresentamos algumas problematizações a respeito da implementação do Programa Escola Cívico-Militar nas escolas públicas brasileiras. Identificamos as condições de possibilidades para a atualização do militarismo na educação a partir da historização realizada, que contou com o método foucaultiano arqueológico, por meio do qual se realizou uma história do presente.

Foi possível, a partir dessa história do presente, identificar o modo como se deu o processo de militarização da educação e o momento histórico de que emergiu o termo “cívico-militar”. A partir de uma pesquisa na plataforma CAPES, capturamos discursos dessa época, que nos ajudam a construir a racionalidade atual.

Relacionamos a adesão voluntária do Programa Escola Cívico-Militar ao conceito da servidão voluntária e problematizamos conceitos como liberdade e terceirização. Serviu-nos como ferramenta analítica o conceito de dispositivo, e, a partir do desenvolvimento da pesquisa, revelamos a demanda da criação de uma nova tecnologia do poder, que intitulamos como Dispositivo de Terceirização.

Considerando, então, a caracterização do Dispositivo de Terceirização, analisamos documentos e reportagens que fazem parte de uma de suas engrenagens. Legislações, decretos, programa político-pedagógico serviram como legitimação em que conseguimos evidenciar discursos, arquitetura, práticas discursivas e não discursivas que permeiam tal dispositivo.

Também foi possível, por meio das análises realizadas, compreendermos que a atualização do militarismo na educação ultrapassa uma questão de educação, ensino e aprendizagem e se vincula a relações de saber/poder, interpeladas por conceitos como biopolítica, disciplina e controle, que não fogem à sociedade de segurança, emergindo de um contexto neoliberal.

Destacamos, então, alguns efeitos do Dispositivo de Terceirização: a) impacto na educação pública, com a implementação das Escolas Cívico-Militares; b) impacto nas decisões das políticas educacionais, pois são elas que moldam o futuro da educação no Brasil; c) impacto do contexto econômico global e da ideologia neoliberal, que influenciam as políticas de privatização e eficiência como componentes-chave da terceirização e da militarização da educação; d) impacto na subjetividade dos estudantes, quando essas políticas têm o potencial de afetar profundamente as identidades e o desenvolvimento dos sujeitos.

A análise desse impacto é relevante para entendermos como as políticas públicas afetam as pessoas em nível individual. Salientamos que, como as subjetividades são individuais, esse impacto não foi mapeado, mas, teoricamente, é um efeito esperado. Portanto, ainda há outros efeitos do Dispositivo de Terceirização: e) questões de Segurança e Disciplina, uma vez que as Escolas Cívico-Militares têm como premissa a segurança dos sujeitos, e isso reflete em um contexto de preocupações com segurança pública; f) transparência do Estado e Participação Cidadã, pois o debate em torno dessas políticas também está relacionado à transparência na tomada de decisões e à participação do Estado e da sociedade civil na definição das políticas educacionais, o que destaca a importância de uma discussão pública informada e inclusiva.

Em síntese, realizamos, nesta tese:

Figura 13 - Dispositivo de Terceirização.



Fonte: Obra de Cecília Boanova (2022). Elaboração nossa (2022).

### 1.A caracterização do Dispositivo de Terceirização Pedagógico.

O Dispositivo de Terceirização é delineado por leis, normas, arquiteturas, imagens e práticas discursivas e não discursivas que o compõem. Nosso objetivo foi identificar tais engrenagens e o modo como operam no micro e no macro, caracterizando, assim, essa nova tecnologia do poder.

Figura 14 - Sociedade da Segurança.



Fonte: Obra de Cecília Boanova (2022). Elaboração nossa (2022).

## 2. A Problemática do Programa Escola Cívico-Militar como engrenagem que constitui a sociedade de segurança.

O controle é a nova maneira pela qual se exerce o poder. Ele se afasta da Disciplina no que concerne à disposição do tempo e do espaço, pois, se a Disciplina marcava o espaço por territorializações, o controle o marca por processos de desterritorialização.

Figura 15 - Educação Militar como bandeira política.



Fonte: Obra de Cecília Boanova (2022). Elaboração nossa (2022).

## 3. Análise de legislações, decretos, programas político-pedagógicos das escolas cívico-militares, notícias do portal da CAPES e outras notícias.

A pesquisa documental configura-se como uma técnica fundamental para complementar informações obtidas por meio de outras técnicas, ou então revelando novos aspectos sobre determinado assunto.

Figura 16 - Problematizações.



Fonte: Obra de Cecília Boanova (2022).

4. A problematização do Dispositivo de Terceirização Pedagógico, que emerge de uma sociedade neoliberal e, quando atualizado, munido de conceitos como biopolítica, disciplina e segurança, opera como sociedade de segurança.

## REFERÊNCIAS

AGAMBEM, Giorgio. O que é um dispositivo? **Outra Travessia**, Santa Catarina, n. 5, p. 9-16, 2005. Disponível em: <http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/Outra/article/view/12576/11743>. Acesso em: 15 maio 2013.

ALVES, Fernanda Batista. **História da associação de docentes da Universidade de São Paulo (Adusp):** democratização do ensino superior e da sociedade em tempos e ditadura civil militar no Brasil (1976-1980). 2022. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Nove de Julho (UNINOVE), São Paulo, 2022.

ALVES, Vinicius Borges. **Militarização de colégios públicos da rede estadual de ensino de Goiás:** implicações para o direito à educação pública e gratuita. 2021. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual Paulista (Unesp), Instituto de Biociências, Rio Claro, 2021.

ARAÚJO, Edgilson T. **Parcerias Estado e organizações especializadas:** discursos e práticas em nome da integração/inclusão educacional das pessoas com deficiência. 2006. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2006.

ARAÚJO, Raphael Castiglioni de. **Estrutura e evolução recente do Arranjo Produtivo da construção civil no estado do Espírito Santo.** 2009. Monografia (Graduação em Ciências Econômicas) – Departamento de Economia, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2009.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE MANTENEDORAS DE ENSINO SUPERIOR (ABMES). **Portaria n. 40, de 22 de janeiro de 2021.** Altera a Portaria MEC n. 1.071, de 24 de dezembro de 2020, que regulamenta a implantação do Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares - Pecim, em 2021, para implementação das Escolas Cívico-Militares - Ecim nos Estados, nos Municípios e no Distrito Federal. Diário Oficial da União, 25 jan. 2021. Disponível em: <https://abmes.org.br/legislacoes/detalhe/3443/portaria-mec-n-40#:~:text=Altera%20a%20Portaria%20MEC%20n%C2%BA,Munic%C3%ADpios%20e%20no%20Distrito%20Federal>. Acesso em: 15 jun. 2024.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE MANTENEDORAS DE ENSINO SUPERIOR (ABMES). **Portaria MEC n. 2.015, de 20 de novembro de 2019.** Regulamenta a implantação do Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares - Pecim em 2020, para consolidar o modelo de Escola Cívico-Militar - Ecim nos estados, nos municípios e no Distrito Federal. Diário Oficial da União, 21 nov. 2019. Disponível em: <https://abmes.org.br/legislacoes/detalhe/2953/portaria-mec-n-2.015>. Acesso em: 07 jun. 2024.

BAMPI, Lisete. **Governo etnomatemático:** tecnologias do multiculturalismo. 2003. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003.

BARRETO, Raquel Goulart. Tecnologia e educação: trabalho e formação docente. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 25, n. 89, p. 1181-1201, set./dez. 2004.

BARROS, João Roberto. A cidade biopolítica: dispositivos de segurança, população e homo oeconomicus. **Problemata: International Journal of Philosophy**, v. 7. n. 1, p. 216-233, 2016.

BAUMAN, Zygmunt. **Amor líquido: sobre a fragilidade dos laços humanos**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 2004.

BAUMAN, Zygmunt; DESSAL, Gustavo. **O retorno do pêndulo: sobre a psicanálise e o futuro do mundo líquido**. Rio de Janeiro: Zahar, 2017.

BAUMAN, Zygmunt. **O mal-estar da pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998.

BAUMAN, Zygmunt. **Retrotopia**. Rio de Janeiro: Zahar, 2017.

BAUMAN, Zygmunt. Segurança e liberdade: uma dicotomia? [Entrevista cedida a Fernando Schuler e Mário Mazzilli]. **Fronteiras do Pensamento**, jul. 2013. Disponível em: <https://www.frenteiras.com/assista/exibir/seguranca-e-liberdade-uma-dicotomia>. Acesso em: 14 fev. 2024.

BAUMAN, Zygmunt. **Vida para consumo**. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

BOANOVA, Cecília. **Ilustração e colagem**. 2022.

BRANCO, Ana Paula Silva Cantarelli. **Análise da política de inclusão escolar na perspectiva das famílias de estudantes público-alvo da educação especial**. 2020. Tese (Doutorado em Educação Especial – Educação do indivíduo especial) – Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2020.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Decreto n. 10.202, de 9 de março de 1889**. Aprova o Regulamento para o Imperial Collegio Militar. *In*: Coleção de Leis do Império do Brasil - 1889, p. 247, v. 1 pt. II (Publicação Original). Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-10202-9-marco-1889-542443-publicacaooriginal-51422-pe.html#:~:text=Approva%20o%20Regulamento%20para%20o%20Imperial%20Collegio%20Militar>. Acesso em: 12 jun. 2024.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm) Acesso em: 23 jun. 2023.

BRASIL. **Decreto n. 11.611, de 19 de julho de 2023**. Revoga o Decreto n. 10.004, de 5 de setembro de 2019, que institui o Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares. Brasília, DF: Presidência da República, 2023. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2023-2026/2023/decreto/D11611.htm#:~:text=DECRETO%20N%C2%BA%2011.611%2C%20DE](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/decreto/D11611.htm#:~:text=DECRETO%20N%C2%BA%2011.611%2C%20DE)

[%2019,Nacional%20das%20Escolas%20C%C3%ADvico%2DMilitares](#). Acesso em: 13 abr. 2024.

BRASIL. **Decreto n. 10.004, de 5 de setembro de 2019**. Institui o Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares. Brasília, DF: Presidência da República, 2019. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2019/decreto/d10004.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/d10004.htm). Acesso em: 07 jun. 2024.

BRASIL. **Lei n. 13.429, de 31 de março de 2017**. Altera dispositivos da Lei n. 6.019, de 3 de janeiro de 1974, que dispõe sobre o trabalho temporário nas empresas urbanas e dá outras providências; e dispõe sobre as relações de trabalho na empresa de prestação de serviços a terceiros. Brasília, DF: Presidência da República, 2017. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2017/lei/113429.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/113429.htm). Acesso em: 19 out. 2023.

BRASIL. **Lei n. 6.019, de 3 de janeiro de 1974**. Dispõe sobre o Trabalho Temporário nas Empresas Urbanas, e dá outras Providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1974. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l6019.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6019.htm). Acesso em: 17 jun. 2024.

BRASIL. **Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 1996.

BRASIL. **Ministério da Educação**. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br>. Acesso em: 07 jun. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes das Escolas Cívico-Militares**. Brasília: MEC, 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria n. 925, de 24 de novembro de 2021. Regulamenta a execução do Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares - Pecim em 2022, visando à implantação de Escolas Cívico-Militares - Ecim, nos estados, nos municípios e no Distrito Federal. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, n. 221, p. 44, nov. 2021. Disponível em: <https://sintse.tse.jus.br/documentos/2021/Nov/25/para-conhecimento-geral/ibge-portaria-no-400-de-23-de-novembro-de-2021-divulga-a-tabua-completa-de-mortalidade-ambos-os-sexo>. Acesso em: 15 jun. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria n. 852, de 28 de outubro de 2021. Regulamenta a certificação das Escolas Cívico-Militares que adotam o modelo do Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares - Pecim. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, n. 205, p. 56, out. 2021. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-852-de-28-de-outubro-de-2021-355830493>. Acesso em: 07 jun. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria n. 1.071, de 24 de dezembro de 2020. Regulamenta a implantação do Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares - Pecim em 2021, para implementação das Escolas Cívico-Militares - Ecim nos estados, nos municípios e no Distrito Federal. **Diário Oficial da União**, 28 dez. 2020. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-1.071-de-24-de-dezembro-de-2020-296412451>. Acesso em: 07 mar. 2022.

BRASIL. Programa Escolas Cívico-Militares deverá chegar a mais de 200 colégios até 2023. *In: SERVIÇOS E INFORMAÇÕES DO BRASIL*. Brasília, DF: 28 jun. 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/noticias/educacao-e-pesquisa/2021/06/programa-escolas-civico-militares-devera-chegar-a-mais-de-200-colegios-ate-2023>. Acesso em: 07 jun. 2024.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: introdução aos parâmetros curriculares nacionais**. Brasília: MEC/SEF, 1997.

CALHEIROS, David dos Santos. **Rede de apoio à escolarização inclusiva na educação básica: dos limites às possibilidades**. 2019. Tese (Doutorado em Educação Especial) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/11292>.

CAMPINAS. Secretaria Municipal de Educação. **Lei n. 6.134, de 7 de dezembro de 1989**. Autoriza o Poder Executivo a criar salas de recursos e equipes itinerantes destinadas ao ensino de pessoas portadoras de deficiência. Diário Oficial do Município, Campinas, SP, 1989.

CAMPOS, André Gambier (org.). **Terceirização do trabalho no Brasil: novas e distintas perspectivas para o debate**. Brasília, DF: Ipea, 2018.

CARCANHOLO, Marcelo Dias; BARUCO, Grasiela Cristina da Cunha. Pós-modernidade e neoliberalismo: duas facetas ideológico-políticas de uma pretensa nova era. **Lutas Sociais**, São Paulo, n. 21/22, p. 132-145, jun. 2009. Disponível em: [http://www4.pucsp.br/neils/downloads/11\\_marcelo-grasiela.pdf](http://www4.pucsp.br/neils/downloads/11_marcelo-grasiela.pdf). Acesso em: 15 nov. 2019.

CARVALHO, Artemis Barreto de. **Políticas públicas para educação profissional no Brasil: uma análise sobre a concepção, execução e gestão do PRONATEC no âmbito da bolsa-formação (2011-2018)**. 2019. Tese (Doutorado em Educação) – Fundação Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2019.

CARVALHO, Argens José de. Colégio Militar. Cem anos de tradição. **Revista do Exército Brasileiro**, Rio de Janeiro, v. 126, n. 1, p. 126, jan./mar. 1989.

CARVALHO, Fabrícia A. T. **Colégio Militar do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2015.

CASTRO, Vanessa Dias Bueno de. **Financiamento da educação especial no município de Campinas-SP no período entre 2012 e 2017**. 2020. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação Educação e Ciências Sociais: Desigualdades e Diferenças, Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020.

CASTRO, Edgardo. **Vocabulário de Foucault: um percurso pelos seus temas, conceitos e autores**. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

CUNHA, Beatriz Rietmann da Costa e. **Assistência e profissionalização do Exército: elementos para uma história do Imperial Colégio Militar**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

CUNHA, Beatriz Rietmann da Costa e. **Ensino secundário militar na primeira república: a construção dos colégios militares (1889-1919)**. 2012. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2012.

CELLARD, André. A análise documental. *In*: POUPART, Jean; DESLAURIERS, Jean-Pierre; GROUXL, Lionel-H; LAPERRIÈRE, Anne; MAYER, Robert; PIRES, Álvaro P. (orgs.) **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis: Vozes, 2008. (Coleção Sociologia).

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das mídias**. Tradução de Ângela S. M. Corrêa. São Paulo: Contexto, 2006.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. Tradução de Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo, 2016.

DELEUZE, Gilles. Controle e devir. *In*: \_\_\_\_\_. **Conversações**. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1992.

DELEUZE, Gilles. O ato de criação. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 29 jun. 1999. Caderno Mais. 1999.

DELEUZE, Gilles. **Foucault**. São Paulo: Brasiliense, 1991.

DELEUZE, Gilles. O que é um dispositivo. *In*: \_\_\_\_\_. **O mistério de Ariana**. Tradução e prefácio de Edmundo Cordeiro. Lisboa: Editora Vega/Passagens, 1996.

DELEUZE, Gilles. ¿Que es un dispositivo? *In*: BALIBAR, Etienne; DREYFUS, Hubert; DELEUZE, Gilles. **Michel Foucault, filósofo**. Barcelona: Gedisa, 1999a.

DIAS, Maria Vitória. História e Discurso; **A Arqueologia de Michel Foucault**. Belo Horizonte: Faculdade de Filosofia da UFMG, 1989. 180p. [Dissertação de Mestrado]

DIRETORIA DE EDUCAÇÃO PREPARATÓRIA E ASSISTENCIAL (DEPA). **Histórico**. Disponível em: <http://www.depa.eb.mil.br/historico>. Acesso em: 23 fev. 2022.

DOLZAN, Marcelo. Bolsonaro inaugura colégio para filhos de PMs e critica ideologia de gênero. **Terra**, 17 dez. 2018. Disponível em: <https://www.terra.com.br/noticias/bolsonaro-inaugura-colegio-para-filhos-de-pms-e-critica-ideologia-de-genero,a0a575f46d6eff1926e3075222fd84a057zke16v.html>. Acesso em: 03 ago. 2023.

DRUCK, Graça; BORGES, Ângela; Terceirização: balanço de uma década. **Caderno CRH**, Salvador, n. 37, p. 111-139, jul./dez. 2002.

DUBOIS, Ananélia Meireles. **A Relação de prioridades axiológicas organizacionais e de crenças de trabalhadores sobre sustentabilidade**. 2019. Tese (Doutorado em Educação em Ciências) – Curso de Pós-Graduação em Educação em Ciências, Universidade Federal do Rio grande do Sul, Porto Alegre, 2019.

ESCOLA DE SAÚDE E FORMAÇÃO COMPLEMENTAR DO EXÉRCITO. **Bem-vindo à Escola de Saúde e Formação Complementar do Exército**. Disponível em:

[https://www.esfcex.eb.mil.br/images/menu\\_cms/secretaria\\_ca/legislacao/1\\_Regulamento\\_dos\\_Colegios\\_Militares\\_R\\_69.pdf](https://www.esfcex.eb.mil.br/images/menu_cms/secretaria_ca/legislacao/1_Regulamento_dos_Colegios_Militares_R_69.pdf). Acesso em: 07 abr. 2022.

FERNANDES, Cleudemar Alves. **Discurso e sujeito em Michel Foucault**. São Paulo: Intermeios, 2012.

FERNANDES, Jorge Ulisses Jacoby. A terceirização no serviço público. **Síntese trabalhista**, n. 79, p. 132-139, jan. 1996.

FERRAZ, Jokasta Pires Vieira. **O custo por aluno das escolas da rede municipal de Curitiba: tensões entre desigualdade e diferença de recursos**. 2020. Tese (Doutorado em Educação) – Curso de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2020.

FERREIRA, Grace Cristina. **Programa de Educação Familiar continuada em linguagem: orientações a pais de crianças com atrasos globais do desenvolvimento**. 2006. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, 2006.

FIGUEIRA, Kátia Cristina Nascimento. **Forças armadas e educação: o Colégio Militar de Campo Grande – MS (1993-2010)**. 2011. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2011. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/7280>. Acesso em: 10 jun. 2022.

FIGUEIREDO, Nébia Maria Almeida de. **Método e metodologia na pesquisa científica**. 2. ed. São Caetano do Sul: Yendis Editora, 2007.

FISCHER, Rosa Maria Bueno. Problematizações sobre o exercício de ver: mídia e pesquisa em educação. **Revista Brasileira de Educação**, Campinas: Editores Associados/ANPEd, n. 20, p. 83-94, maio/jun./jul./ago. 2002.

FOUCAULT, Michel. **A Ordem do Discurso: aula inaugural no Collège de France**, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 13. ed. Tradução de Laura F. A. Sampaio. São Paulo: Loyola, 2005a.

FOUCAULT, Michel. **Arqueologia do Saber**. 7. ed. Tradução de Luiz F. B. Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

FOUCAULT, Michel. **As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

FOUCAULT, Michel. **As Palavras e as Coisas**. 8. ed. Tradução de Salma T. Muchail. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

FOUCAULT, Michel. **Em Defesa da Sociedade**. Curso no Collège de France, 1975-1976. São Paulo: Martins Fontes, 2005b.

FOUCAULT, Michel. **História da Loucura na Idade Clássica**. Tradução de José Teixeira Coelho Neto. São Paulo: Perspectiva, 1978.

- FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade I: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Graal, 1997.
- FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade I: A Vontade de Saber**. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1977.
- FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade II: O Uso dos Prazeres**. 5. ed. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1984.
- FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade III: O Cuidado de Si**. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1985.
- FOUCAULT, Michel. L'éthique du souci de soi comme pratique de la liberté. *In: \_\_\_\_\_. Dits et Ecrits IV*. Paris: Gallimard, 1994.
- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. 28. ed. Tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2010.
- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. 24. ed. São Paulo: Edições Graal, 2007.
- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. 21. ed. Tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 2005d.
- FOUCAULT, Michel. **Nascimento da biopolítica**. Curso dado no Collège de France (1978-1979). Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008a.
- FOUCAULT, Michel. O sujeito e o poder. *In: DREYFUS, Hubert; RABINOW, Paul. Michel Foucault: uma trajetória filosófica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.
- FOUCAULT, Michel. **Sécurité, Territoire, Population**. Cours au Collège de France – 1977-1978. Paris: Gallimard, 2004.
- FOUCAULT, Michel. **Segurança, território, população**: curso dado no Collège de France (1977-1978). Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- FOUCAULT, Michel. Sobre a História da Sexualidade. *In: \_\_\_\_\_. Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1995.
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Tradução de Raquel Ramalhe. 30. ed. Petrópolis: Vozes, 2005c.
- FREUD, Sigmund. **O Mal-Estar na Civilização**. Rio de Janeiro: Imago, 1996. Edição Standard Brasileira das Obras completas de Sigmund Freud, v. XXI.
- FRIGOTTO, Gaudêncio. **A produtividade da escola improdutiva**. São Paulo. Cortez, 2010.
- GADELHA, Sylvio. **Biopolítica, governamentalidade e educação**. Introduções e conexões, a partir de Michel Foucault. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.
- GADOTTI, Moacir. **Pensamento Pedagógico Brasileiro**. São Paulo: Ática, 1995.

GERMANO, José Wellington. **Estado Militar e Educação no Brasil: 1964/1985: um estudo sobre a política Educacional.** 1990. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Campinas, 1990.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GIOSA, Lívio A. **Terceirização: uma abordagem estratégica.** São Paulo: Pioneira, 1993.

GONÇALVES, Laila Fernanda de Castro. **Ordinário, marche!** A marcha pela militarização da educação. 2023. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2023.

GONÇALVES, Vera Olímpia. **Terceirização: Trabalho Temporário: Orientação ao Tomador de Serviços.** Brasília, DF: MTE, SIT, 2001.

HORN, Graciela Bernardi; LOGUERCIO, Rochele de Quadros. O dispositivo moralitúrgico em uma escola pública brasileira. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 42, e233849, 2021.

KÜNZLE, Maria Rosa Chaves. **Escolas alternativas em Curitiba: trincheiras, utopias e resistências pedagógicas (1965 - 1986).** 2011. Tese (Doutorado em Educação) – Curso de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Paraná, 2011.

LA BOÉTIE, Étienne de. **Discurso sobre servidão voluntária.** Tradução de Evelyn Tesche; introdução e notas de Paul Bonnefon. São Paulo: Edipro, 2017.

LUCHETTI, Maria S. R. **O ensino no Exército brasileiro: histórico, quadro atual e reforma.** 2006. Dissertação (Mestrado) – Universidade Metodista de Piracicaba (UNIMEP), Piracicaba, 2006.

MARCELLO, Fabiana de Amorim. **Dispositivo da Maternidade: mídia e produção agonística de experiência.** 2003. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003.

MARCELLO, Fabiana de Amorim. O conceito de dispositivo em Foucault: mídia e produção agonística de sujeitos-maternos. **Revista Educação e Realidade**, v. 29, n. 1, p. 199-213, jan./jun. 2004.

MARTINS, Gilberto de Andrade; THEOPHILO, Carlos Renato. **Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas.** 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MILL, Daniel. **Docência virtual: uma visão crítica.** Campinas: Papyrus, 2012.

MOREIRA, Heloi J. F. Casa do Trem: berço do ensino militar e da Engenharia brasileira. **Revista do Exército Brasileiro**, v. 147, Edição especial: 200 anos do ensino militar, 2011.

MOTTA, Jehovah. **Formação do oficial do Exército.** Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2001.

- MUTZ, Andresa Silva da Costa. **A constituição do sujeito contemporâneo do consumo: aprender a comprar bem, para comprar sempre.** 2012. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.
- NASCIMENTO, Marcio Lima do. **Do mal-estar em Freud ao mal-estar em Bauman.** 2014. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2014.
- NETO, João Amato. **Desintegração Vertical/“Terceirização” e o Novo Padrão de Relacionamento entre Empresas: o Caso do Complexo Automobilístico Brasileiro.** 1993. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1993.
- NEVES, Rodrigo Meleu das. **Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) como política pública: Implementação e transformações para a educação brasileira (1999 - 2020).** 2020. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2020.
- NOGUEIRA, Jefferson Gomes. **Educação Militar: uma leitura da educação no sistema dos Colégios Militares do Brasil (SCMB).** 2014. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2014.
- OLIVEIRA, Ana Amélia Penido. Profissionalização à Brasileira. *In: IX ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS DE DEFESA.* Florianópolis, 2016.
- OLIVEIRA, Cristiane. A vertigem da descontinuidade: sobre os usos da história na arqueologia de Michel Foucault. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 1, p. 169-181, jan./mar. 2008.
- OLIVEIRA, Eduardo Alexandre Santos de; HEUSER, Ester Maria Dreher. O dispositivo disciplinar nos estudos de Michel Foucault. **Aufklärung**, João Pessoa, v. 4, n. 2, p. 9-106, maio/ago. 2017.
- OLIVEIRA, Gildásio Macedo de. **Interdependência orçamento público e garantia do direito à educação de estudantes com deficiência: uma análise da terceirização do atendimento educacional especializado.** 2021. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2021.
- PARADELA, Victor Cláudio; PIFANO, Yuri de Paiva; COSTA, Débora Vargas Ferreira. O conceito de servidão voluntária: reflexões e diálogos com a gestão de pessoas. **Revista Valore**, Volta Redonda, n. 5, edição especial, p. 2-25, 2020.
- PEREIRA, Juliana Cardoso. **A Inserção das Mulheres na Ciência: Efeito de um Dispositivo de Visibilidade.** 2019. Tese (Doutorado em Educação em Ciências) – Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências: Química da Vida e Saúde, Instituto de Ciências Básicas de Saúde, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019.

PIMENTEL, Alessandra. O método da análise documental: seu uso numa pesquisa historiográfica. **Cadernos de Pesquisa**, n. 114, p. 179-195, nov. 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cp/n114/a08n114.pdf>. Acesso em: 09 jun. 2024.

PINEDA, Silvana Schuler. **O Casarão da Várzea visto por dentro: trajetórias escolares de alunos do Colégio Militar de Porto Alegre**. 2009. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2009.

PINHEIRO, Daniel Calbino; PEREIRA, Rafael Diogo; SABINO, Geruza de Fátima Tome. Militarização das escolas e a narrativa da qualidade da educação. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, [S. l.], v. 35, n. 3, p. 667-688, set./dez. 2019.

PINHEIRO, Josaine de Moura. **Estudantes forjados nas arcadas do Colégio Militar de Porto Alegre (CMPA): “novos talentos” da Olimpíada Brasileira de Matemática das Escolas Públicas (OBMEP)**. 2014. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2014.

PIRASSUNUNGA, Adailton. **O ensino Militar no Brasil (Colônia)**. Rio de Janeiro, RJ: Biblioteca do Exército Editora, 1958.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

QUEIROZ, Carlos Alberto Ramos Soares de. **Manual de terceirização: onde podemos errar no desenvolvimento e na implantação dos projetos e quais são os caminhos do sucesso**. São Paulo: STC, 1998.

RAMÍREZ, Carlos Ernesto Nogueira. **O governo pedagógico: da sociedade do ensino para a sociedade da aprendizagem**. 2009. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

RECH, Rogerio. **O estado educador, as ditaduras cívico-militares e o movimento da 2016 matemática moderna no Brasil e na Argentina: aproximações e distanciamentos**. 2016. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 2016.

SABA, Lucas. São Paulo corre contra o tempo para lançar 100 escolas cívico-militares até 2026. In: GAZETA DO POVO. [S. l.], 04 jun. 2024. <https://www.gazetadopovo.com.br/sao-paulo/sao-paulo-corre-contra-o-tempo-para-lancar-100-escolas-civico-militares-ate-2026/>. Acesso em: 07 jun. 2024.

SAMPAIO, Simone Sobral. A liberdade como condição das relações de poder em Michel Foucault. **Revista Katálisis**, Florianópolis, v. 14, n. 2, p. 222-229, jul./dez. 2011.

SANTANA, Ygor Santos de; ÁVILA, Flávia de. Um diálogo entre biopolítica e colonialidade a partir da intervenção militar no Rio de Janeiro. **Revista Direito, Estado e Sociedade**, [S. l.], 2021. Disponível em: <https://revistades.jur.puc-rio.br/index.php/revistades/article/view/1656>. Acesso em: 10 jun. 2022.

SANTOS, Leonardo Batista dos. **A Escola Estadual Josias Pinto no Projeto Educacional do Governo Civil-Militar (Nova Ponte-Minas Gerais, 1965-1975)**. 2017. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2017.

SÃO PAULO. **Governo sanciona lei que institui escolas cívico-militares em São Paulo**. São Paulo, 27 maio 2024. Disponível em: <https://www.saopaulo.sp.gov.br/spnoticias/ultimas-noticias/governador-sanciona-lei-que-institui-escolas-civico-militares-em-sp/>. Acesso em: 07 jun. 2024.

SÁ-SILVA, Jackson Ronie; ALMEIDA, Cristóvão Domingos; GUINDANI, Joel Felipe. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**. n. I, p. 1-15, jul. 2009.

SILVA, Elias Terêncio da. **Um estudo da disciplina de filosofia da educação na habilitação específica para o magistério (HEM): experiências em escolas de Uberlândia no período de 1971 a 1996**. 2021. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2021.

SILVA, Noêmia Felix da; SOUSA, Kátia Menezes de. O conceito de dispositivo em foucault: a emergência histórica do dispositivo do desenvolvimento sustentável e a construção das subjetividades. **Scripta Uniandrade**, Curitiba, v. 11, n. 1, p. 85-107, 21 jun. 2013.

SOARES, Andréa de Almeida Rosa. As mudanças na Educação Brasileira no Contexto Neoliberal e suas implicações no ensino superior. *In*: VII CONGRESSO LATINO-AMERICANO DE HUMANIDADES. Campos dos Goitacazes, 2007.

SOTERO, Mariana C. **Política Municipal de Educação Especial de Campinas do Período de 2005 a 2012**. 2014. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

SOUSA FILHO, Alípio de. Foucault: o cuidado de si e a liberdade, ou a liberdade é uma agonística. *In*: IV COLÓQUIO INTERNACIONAL MICHEL FOUCAULT. Natal, 2007.

SOUZA, Juliana Boanova; LOGUERCIO, Rochele de Quadros. Qualidade, Padronização e Ciência no Ensino Militar. *In*: XIII ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO EM CIÊNCIAS: ENPEC EM REDES. **Anais eletrônicos [...]**. 2021. Disponível em:

[https://editorarealize.com.br/editora/anais/enpec/2021/TRABALHO\\_COMPLETO\\_EV155\\_MD1\\_SA109\\_ID832\\_01072021181002.pdf](https://editorarealize.com.br/editora/anais/enpec/2021/TRABALHO_COMPLETO_EV155_MD1_SA109_ID832_01072021181002.pdf). Acesso em: 10 jun. 2022.

SPERRHAKE, Renata. **O dispositivo da numeramentalidade e as práticas avaliativas: uma análise da “avaliação nacional da alfabetização”**. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

STAIR, Ralph M.; REYNOLDS, George W. **Princípios de Sistemas de Informação: uma abordagem gerencial**. São Paulo: Cengage Thomsom Learning, 2006.

THUMS, Angela. **Os processos de gestão escolar e suas interações com a comunidade de Nova Boa Vista: inter-relações espaços e escola.** 2020. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2020.

VASCONCELLOS, Celso S. **Coordenação do Trabalho Pedagógico: do trabalho político-pedagógico ao cotidiano da sala de aula.** São Paulo: Libertad, 2002.

VEIGA, Ilma P. A. (org.). **As Dimensões do Projeto Político-Pedagógico.** 4. ed. Campinas: Papyrus, 2001.

VIANA, Ana Luiza D’Avila; SILVA, Hudson Pacifico da. Meritocracia neoliberal e capitalismo financeiro: implicações para a proteção social e a saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 23, n. 7, p. 2107-2117, 2018.

VIEIRA, Mariana Novais. **A configuração do trabalho docente na educação superior a distância: uma análise do trabalho do tutor.** 2019. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2019.

XIMENES, Salomão Barros; STUCHI, Carolina Gabas; MOREIRA, Márcio Alan Menezes. A militarização das escolas públicas sob os enfoques de três direitos: constitucional, educacional e administrativo. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, v. 35, n. 3, p. 612, 2019. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/rbpae/article/view/96483>. Acesso em: 10 jun. 2022

ZIENTARSKI, Clarice. **Para onde vai a voz que ainda ecoa em nós? A dialética alienação/transformação no trabalho dos professores.** 2013. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Centro de Educação, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2013.

## APÊNDICE 1

### Slides defesa de tese

# PROGRAMA ESCOLA CÍVICO-MILITAR E OS EFEITOS DO DISPOSITIVO DE TERCEIRIZAÇÃO

Doutoranda

JULIANA BOANOVA SOUZA FERREIRA

Orientadora

SUELEN ASSUNÇÃO SANTOS



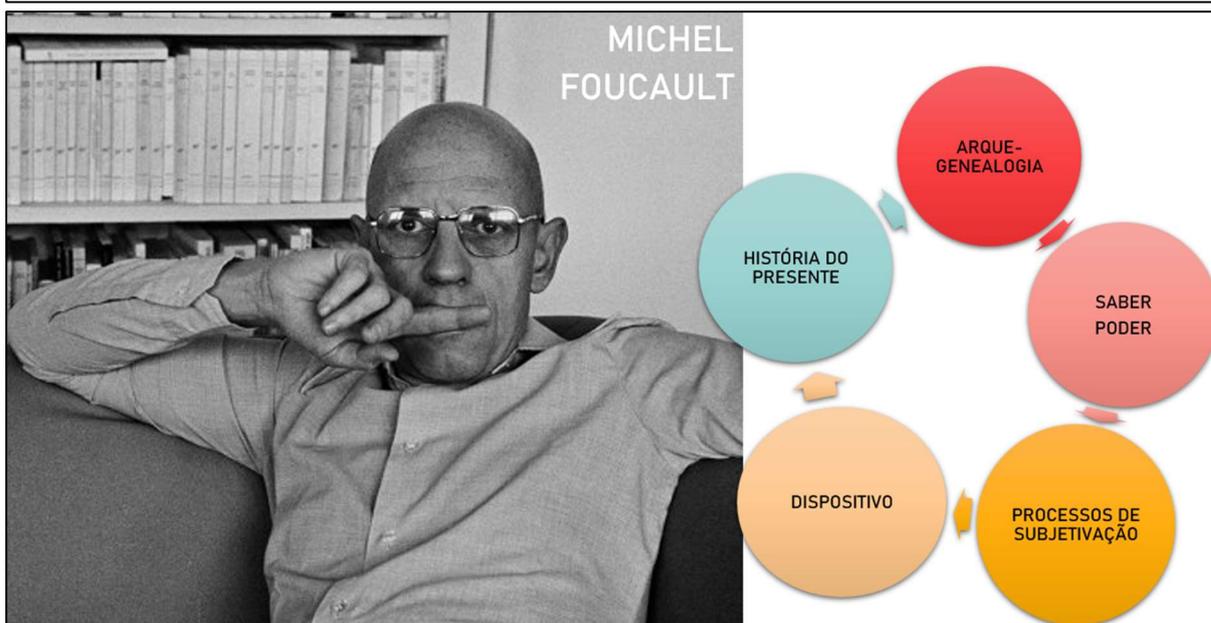
 <p data-bbox="300 739 718 896">A EDUCAÇÃO DO BRASIL GANHOU REFORÇO</p>	<p data-bbox="1002 324 1385 369"><b>PRIMEIROS PASSOS</b></p> <p data-bbox="912 430 1396 560">Analisar a instauração e a emergência do Programa escola cívico-militar.</p>
 <p data-bbox="316 1160 625 1198"><b>PROBLEMATIZAÇÃO</b></p>	 <ul data-bbox="758 990 1316 1227" style="list-style-type: none"><li>• DE QUE MANEIRA O PROGRAMA ESCOLA CÍVICO-MILITAR OPERA NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA E QUAIS SUAS CONDIÇÕES DE POSSIBILIDADE?</li></ul>

## OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- REALIZAR A HISTORIZAÇÃO DA MILITARIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO NO BRASIL, MOSTRANDO AS CONDIÇÕES HISTÓRICAS QUE DERAM CONDIÇÃO DE POSSIBILIDADE PARA O PROGRAMA ATUAL, CAPTURANDO AS CONTINUIDADES E DESCONTINUIDADES EXISTENTES;
  - MOSTRAR A EMERGÊNCIA DE UM NOVO DISPOSITIVO, INTITULADO DISPOSITIVO DE TERCEIRIZAÇÃO, E O FUNCIONAMENTO DAS MÚLTIPLAS ENGRENAGENS QUE O CONSTITUEM;
- VISIBILIZAR COMO O PROGRAMA SERVE COMO ENGRENAGEM DE UM DISPOSITIVO DE SEGURANÇA, QUE EMERGE DE UM CONTEXTO NEOLIBERAL QUE CONSTITUI A SOCIEDADE DE SEGURANÇA.

## METODOLOGIA

ANÁLISE DOCUMENTAL  
ANÁLISE NO PORTAL DA CAPES  
ANÁLISE MUDIÁTICA



## DIVISÃO EM QUATRO ARTIGOS

- I. ARTIGO I - PROGRAMA ESCOLA CÍVICO-MILITAR: ATUALIZAÇÃO DA SOCIEDADE DO CONTROLE
- II. ARTIGO II - PROGRAMA ESCOLA CÍVICO-MILITAR: DIAGNÓSTICO DO PRESENTE
- III. ARTIGO III - IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA ESCOLA CÍVICO-MILITAR E OS EFEITOS DO DISPOSITIVO DE TERCEIRIZAÇÃO
- IV. ARTIGO IV - O DISPOSITIVO DE TERCEIRIZAÇÃO - CONDIÇÕES DE POSSIBILIDADE E EFEITOS



### AS ANÁLISES:



Segurança, Disciplina e Civismo seriam os pilares da escola Cívico-Militar?

PECIM como atualização da sociedade do controle?



Se a disciplina criou um conjunto homogêneo de sujeitos, então o problema da biopolítica se resume em: como organizá-los? Como controlá-los? Como conduzi-la? Como cuidar da saúde, educação, natalidade, trabalho, produção? Como ensiná-los a se conduzirem segundo os interesses do poder?

As sociedades disciplinares são aquilo que estamos deixando pra trás, o que já não somos. Estamos entrando nas sociedades de controles, que funcionam não mais por confinamento, mas por controle contínuo e comunicação instantânea (DELEUZE, 1992. p. 216).

**Mídia como proliferadora discursiva...**

**Escolas militares se destacam entre as 30 melhores do país no Ideb**

Das 30 melhores escolas públicas do país, dez são militares. Na capital mineira, uma estrutura pouco comum nas escolas públicas do país: academia, quadra, piscina, pista de atletismo e até aulas de equitação.



- Discursos em local de Poder; visibilidade;
- Mídia como padronizadora de conteúdo;
- Mídia como engrenagem da Sociedade de controle; Condutora de condutas;
- Notícia que legitima a superioridade, mesmo que conteudista, do sistema militar;
- Mídia como condição de possibilidade do PECIM;



**Portal do Governo (GOV)**

Diretor de políticas do PECIM  
Benefícios do PECIM



**Ministério da Educação**

Subsecretaria de Fomento às Escolas Cívico-Militares (**Secim**)  
Resgatar a disciplina e a organização

Apenas pontos positivos.

### Segundo momento:

Estudo arqueológico abordando como emergiu o primeiro colégio com vertente militarista;

Análise das rupturas históricas, verificando condições de possibilidade para atualização do militarismo na educação;

Captura de discursos que fazem parte da racionalidade da época a partir de uma história do presente;

Análise no portal da CAPES, visibilizando 12 pesquisas que contribuíram com o tema.



### Instauração do Programa



**Etienne De La Boétie**



**Filósofo Francês**

*Servidão Voluntária*

Submissão, opressão e exploração por vontade própria;

Não oferecer resistência, demonstrar satisfação;

Não apenas aceitam, gostam da dominação e dos sistemas, mesmo que injustos;



*Servidão Voluntária*

Denunciar os poderes tirânicos, combatê-los;

Atacou governos opressivos, destacando que as tiranias só sobrevivem com aceitação da população;

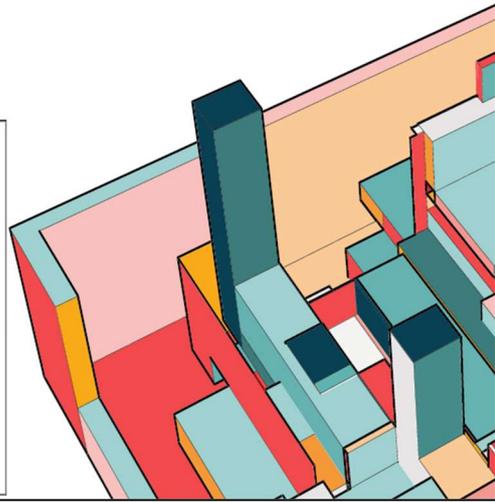
Se constituem para renunciar a liberdade; Identificação, sentimento de pertencimento;

**Quais as condições históricas, os discursos, as práticas que assujeitam e/ou subjetivam os sujeitos a ponto de optarem pela submissão e não pela liberdade?**

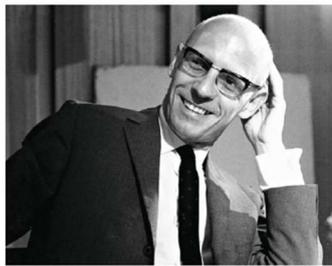
Emerge o DISPOSITIVO DE TERCEIRIZAÇÃO

## SOBRE O DISPOSITIVO

1. relativo a disposição.
2. que prescreve; que ordena.



## DISPOSITIVO PARA FOUCAULT



- Configuração específica de *domínios do saber* e de modalidades de *exercício do poder*, a qual possui uma função estratégica, em relação a problemas considerados cruciais em um momento histórico.



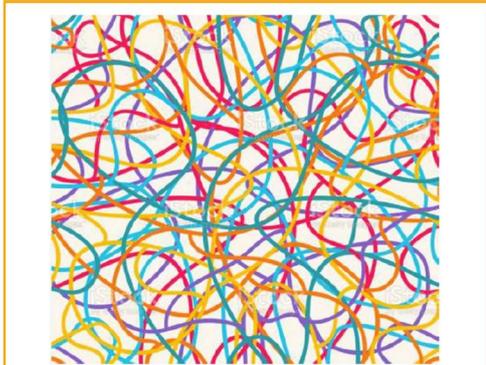
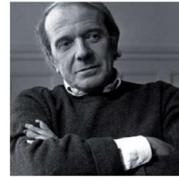
O conceito de dispositivo emerge na passagem da fase arqueológica (estudo sobre arquivos, documentos e materialidades discursivas constituindo como verdade determinados tipos de saber, numa dada época) para a fase genealógica (estudo sobre as práticas discursivas e não discursivas operando na produção de verdades legitimadas a partir dos embates de poder).

## ENGRENAGENS



Foucault explica que o dispositivo é um conjunto heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas; o dito e o não dito, sendo, portanto, a rede que se pode estabelecer entre esses elementos.

## DISPOSITIVO PARA DELEUZE



O dispositivo precisa ter quatro dimensões: suas *curvas de visibilidade*, ou seja, as linhas emaranhadas de um dispositivo dão visibilidade para determinadas práticas e invisibilizam outras; suas *curvas de enunciabilidade* – aquilo que pode ser dito e o que é interdito; suas *linhas de força* controlando o visível e o enunciável e suas *linhas de subjetivação*, sendo compreendidas como os efeitos desses jogos de poder, ou seja, os processos de subjetivação são efeitos dos dispositivos.

## CARACTERIZAÇÃO DE UM DISPOSITIVO



## DISPOSITIVO DE TERCEIRIZAÇÃO





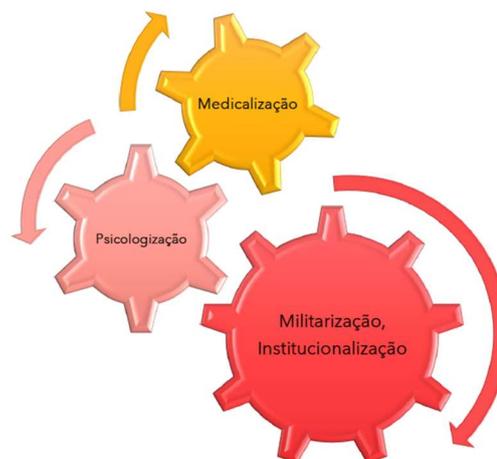
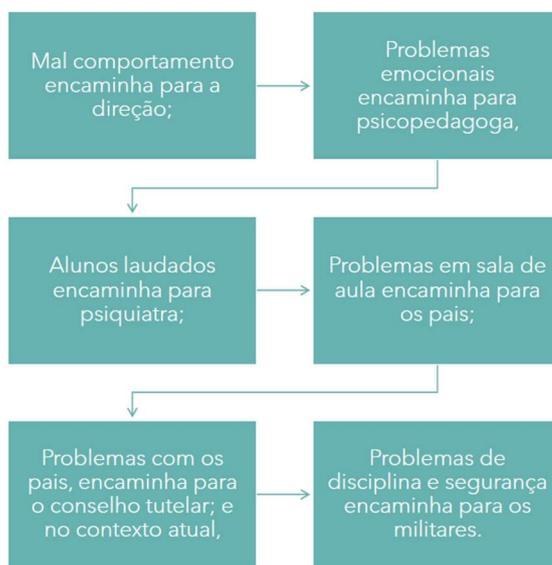
## Crescimento do mercado de terceirização no Brasil

: 80% das empresas brasileiras utilizam a terceirização em algum setor ou atividade, entenda melhor como esse mercado vem se expandindo.

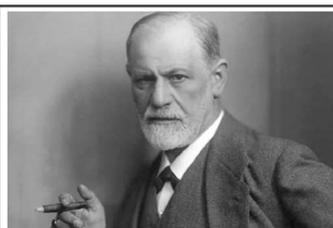
- “A mídia é um dos principais instrumentos de (re)produção de discursos da sociedade contemporânea; e segundo o site do g1, a terceirização é algo cada vez mais comum nas empresas brasileiras. Essa prática consiste na contratação de uma prestadora de serviço, especializada na realização de uma atividade específica. Esse modelo pode ser aplicado em diversos setores, como indústrias, condomínios, edifícios corporativos, instituições financeiras, construção civil, varejo, dentre outros segmentos.”



## Terceirização Pedagógica



- E a terceirização do eu?



O mal-estar na civilização (1929)



O Mal-estar da pós-modernidade (1998)



Liberdade  
x  
Segurança

### Crescem casos de ataques em escolas: especialistas dizem o que fazer

*Antes incomuns no país, crimes têm aumentado*

Excerto 12: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2023-04/crescem-casos-de-ataques-em-escolas-especialistas-dizem-o-que-fazer>

### A onda de barbaridade dos massacres em escolas no Brasil

*É preciso, no mínimo, criar mecanismos para proteger o ambiente escolar e frear a cultura à violência que se espalha nos meios digitais*

### Brasil teve mais de 10 ataques a creches e escolas desde 2011; relembre

Excerto 9: <https://g1.globo.com/se/santa-catarina/noticia/2023/04/05/brasil-teve-mais-de-10-ataques-a-creches-e-escolas-desde-2011-relembre.ghtml>

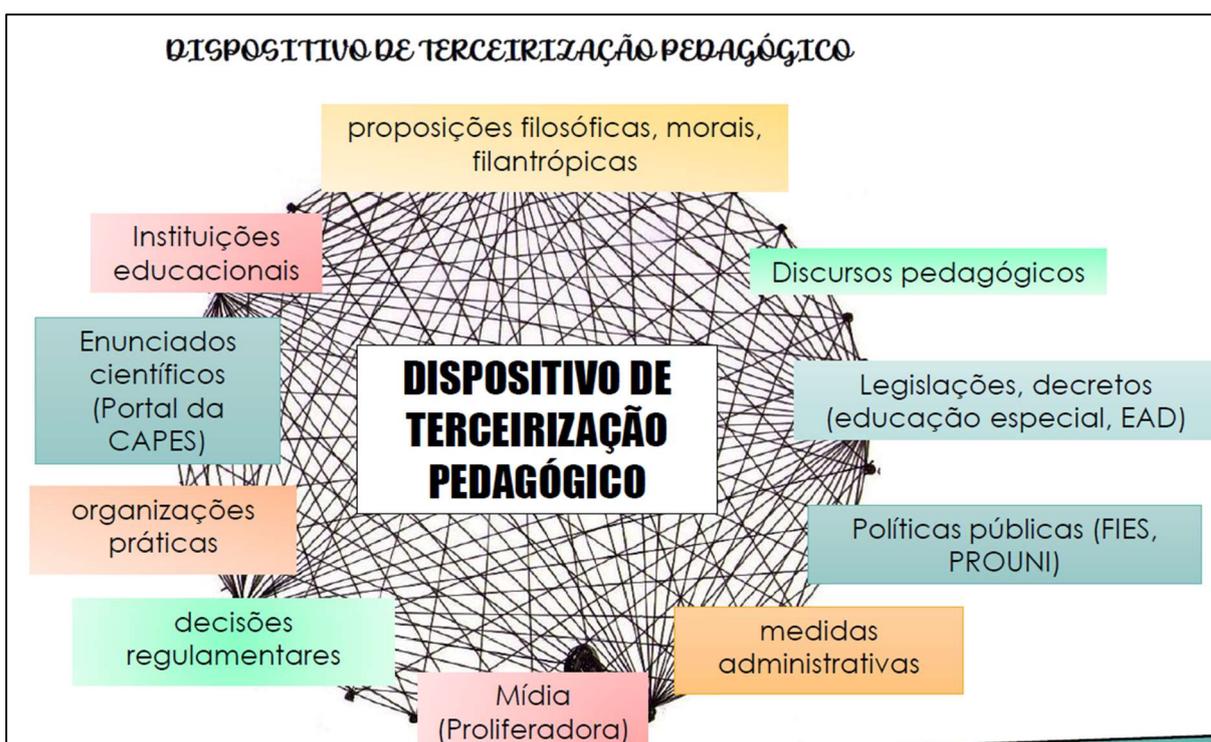
### Brasil teve 24 ataques em escolas nos últimos 22 anos

*Caso mais recente foi registrado em Blumenau (SC), na manhã desta quarta-feira (5), e acabou com a morte de quatro crianças*

Excerto 10: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/seguranca/noticia/2023/04/brasil-teve-24-ataques-em-escolas-nos-ultimos-22-anos-clg3s812u001g016fdio9yh7g.html>

### 2023 já é o ano com mais ataques em escolas, diz ONG

Excerto 11: <https://www.andes.org.br/contudos/noticia/2023-ja-e-o-ano-com-mais-ataques-em-escolas-diz-ong1>



## Efeitos

**Questões de Segurança e Disciplina:** Em um contexto de preocupações com segurança pública, essa abordagem ganha destaque e levanta questões sobre a relação entre educação e segurança.

**Política Educacional:** A terceirização pedagógica e o modelo das Escolas Cívico-Militares são reflexos das decisões políticas que moldam o futuro da educação no Brasil.

**Contexto Econômico e Ideológico:** O contexto econômico global e a ideologia neoliberal influenciam as políticas de privatização e eficiência, que são componentes-chave da terceirização e da militarização da educação.

**Impacto na Subjetividade dos Estudantes:** Essas políticas têm o potencial de afetar profundamente a subjetividade dos estudantes, sua identidade e seu desenvolvimento.

